

Revolução Socialista

Jornal Posadista

Continuação do
Jornal
Frente Operária,
fundado em 1953

“Sem a luta pelo socialismo, a vida não tem sentido” (J. Posadas) Ano 11 – Nº 28 – Julho de 2010 – R\$2,00

EDITORIAL

Eleições: Projeto Popular e Democrático versus Projeto Neoliberal



Lula na Conferência da terra em Brasília (novembro de 2003)

Foto: Ricardo Stuckert

A campanha eleitoral entra no vivo, com o registro das candidaturas e o início dos comícios e da propaganda. Mas já é possível identificar algo da estratégia dos inimigos do governo Lula e dos movimentos e das conquistas populares, os eternos amigos do neoliberalismo e da aliança estratégica com o imperialismo: eles não vão vender barato a derrota.

Evidentemente a campanha da oposição conservadora começa mal, nos atropelos para formar a aliança conservadora, nos conflitos com o DEM, na renúncia de Aécio Neves, e nas primeiras pesquisas eleitorais, que indicam uma tendência ao aumento da candidata Dilma, antes mesmo da “descida em campo” do presidente Lula. A trapalhada da escolha de Índio da Costa como vice é uma expressão de desequilíbrio, de falta de perspectiva de longo prazo, pela

inexpressividade do candidato e pela sua disponibilidade para fazer uma campanha agressiva e o papel de vilão, enquanto Serra tenta manter a “compostura”. Tudo indica que por pouco tempo.

De fato, dada a crescente popularidade de Lula, e por não encontrar um eixo para a crítica a seu governo, frente às evidências de um crescimento recorde da economia e dos indicadores sociais positivos, o “Serra paz e amor” era a única atitude possível para não cair no ridículo.

Entretanto, uma vez revelado que nem mesmo o engano, a declaração de aumentar e potencializar o Bolsa Família, a debilidade do slogan “o Brasil pode mais”, a suavidade das referências a Lula, nada disso reverte a tendência a uma provável eleição plebiscitária de Dilma, o jogo se faz mais duro, aparecem os supostos “dossiês do PT”, e sobretudo os meios de comunicação abrem a barragem de ar-

tilharia contra os mínimos detalhes da candidatura da Dilma, desde a trapalhada do registro do programa, até suas dificuldades de expressão em comícios.

Há que se preparar, portanto, para uma guerra guerreada, e não um processo eleitoral normal e tranquilo. As elites que tentaram derrubar Lula com o “mensalão” não se resignaram, embora tenham acumulado derrotas desde então. Os seus problemas aumentaram, porque os bastiões tradicionais da burguesia e da oligarquia agrária foram invadidos pelo apoio popular a Lula e seus programas sociais, a catastrófica crise internacional do capitalismo encurralou o ideário neoliberal, o desenvolvimentismo e a soberania nacional se afirmaram como alternativas possíveis, o papel do Estado foi restaurado e mostra-se decisivo para por ordem na economia e promover o crescimento econômico.

Ou seja, a base social e portanto política de boa parcela das classes dominantes tradicionais foi enfraquecida. Outros setores, mais pragmáticos, sabem que a política econômica e social do governo Lula permitiu o seu desenvolvimento, principalmente pela ampliação sem precedentes do mercado, antes limitado pela falta de distribuição de renda. A base política construída por Lula não foi só produto de sua simpatia pessoal ou habilidade e inteligência políticas, que são fatores inquestionáveis: mas é também fruto de um cálculo feito pelas classes dominantes, o que à época chamamos de “o Lula consentido”. O cálculo deste setor da burguesia é: como não posso derrotá-lo o mal menor é associar-se a ele e tentar conter por dentro.

O problema é: até quando estes setores vão apoiar o governo popular, até que ponto vão tolerar a transição para a Dilma, até que ponto confiam em que este desenvolvimentismo não vá dar lugar a uma transformação social mais profunda do país, a uma mais ampla distribuição de renda e de direitos? Não há uma nova “carta aos brasileiros” por parte de Dilma, há, ao contrário, uma declarada intenção

(continua na página 2)

Declaração Eleitoral

**Dilma presidente,
para continuar
o governo popular
e suas conquistas**

Suplemento Especial

Conjuntura Econômica

Página 3

Copa

Página 4

Irã

Página 6

O acordo nuclear Brasil-Irã

Página 8

**A guerra
(J.Posadas)**

Página 9

Venezuela

Página 10

**Bomba neutrônica
(J.Posadas)**

Página 12

Vem da página 1

de dar continuidade aos programas sociais mais avançados de Lula.

Portanto, em tese, podem-se prever defecções do campo burguês quanto à candidatura de Dilma, embora a burguesia costume apostar no candidato com chances inquestionáveis. Vai depender da truculência da campanha, da guerra midiática, dos inimagináveis golpes dos marqueteiros, mas também de fatores imponderáveis a nível internacional, como são as guerras em curso e em potencial, e a natural ingerência do imperialismo para retomar o controle sobre um país com a enorme importância estratégica como é o Brasil.

Portanto, nada de salto alto: a eleição de Dilma deverá ser uma conquista, degrau por degrau. Equivocado seria jogar todas as cartas também na transferência automática dos votos de Lula: guardadas as diferenças com a Bachelet e seus candidatos, a excessiva moderação de seu governo, ainda assim a experiência do Chile ensina. As eleições no Brasil nunca foram um jogo para ingênuos, basta ver o volume de recursos envolvidos.

Entretanto, há um fator que pode ser decisivo, não somente para o processo eleitoral, mas para a sustentabilidade do governo da própria Dilma e sua ampla aliança: o crescimento da esquerda, o fortalecimento do PT e de outros partidos progressistas, a construção de uma ampla frente sindical e popular, a recuperação de uma militância e de uma participação social enfraquecidas pelos aparentemente irreversíveis progressos e conquistas da era Lula.

Expediente

“Revolução
Socialista”

Órgão da Corrente Posadista do PT –
Regulamentada junto ao
Diretório Nacional
Continuação do Jornal “Frente
Operária”, fundado em 1953.
Diretor Responsável :
C.A. de Almeida – Reg. Prof. 049/SP
E-mail: revsocialista@yahoo.com.br
Página Web:
www.revolucaosocialista.cjb.net

Brasília DF
Circulação interna ao PT



Petrobrás renova a indústria naval

De fato, embora estas tenham sido expressivas e estruturantes, como a recuperação da Petrobrás, a desprivatização parcial, a Telebrás, a reconstrução do Estado Nacional, a reconstrução da indústria naval, a recolocação do Brasil no cenário internacional, a união do continente sul-americano com o enterro da ALCA e da dependência do FMI, e tantas outras, parece não existir, à esquerda, plena consciência do significado desta plataforma programática nacionalista, desenvolvimentista e antiimperialista. Ao contrário, há uma cobrança, muitas vezes agressiva, pelo que não foi conquistado, pelo que ficou para depois, pelo que o Brasil ainda é como país capitalista e socialmente injusto.

E sobretudo, uma falsa cobrança sobre um suposto caráter anti-ético do governo Lula e do futuro governo Dilma. Esta talvez seja a munição mais pesada em poder da oposição burguesa: continuar enganando a opinião pública principalmente entre os setores médios, com o conto do vigário da ética, com a urgência de combater a “corrupção”.

Os recentes escândalos do mensalão do DEM e os inúmeros mensalões do PSDB –o crônico e histórico mensalão dos banqueiros e das oligarquias – não bastam para elucidar a questão, repetida até as náuseas por toda a mídia como praga nacional e urgência sem a qual o Brasil não tem futuro. Vende-se a ilusão que após a lei dos “fichas limpas” o Congresso Nacional será outro, puro e casto. Basta ver a lista de milionários-candidatos para não se ter ilusões. São inumeráveis os mecanismos de poder a níveis local, estadual e nacional que determinarão a eleição dos candidatos. O “ficha-limpa” de hoje não dura um dia de mandato, será o “ficha-suja” de amanhã.

Mas a corrupção é mesmo o maior problema da Nação? Ou este debate é instrumental para desprestigiar toda e qualquer forma de representatividade ampla, toda e qualquer forma de gover-



Bolsa Família (Porto do Capim – PB)

no popular, toda e qualquer forma de gestão em favor dos mais pobres e dos interesses reais do país? O combate à corrupção não passa por, justamente, o aumento do controle e da participação populares? Não passa pela existência de uma mídia pública, social e independente? Não passa pelo crescimento da cidadania, pelas conquistas dos direitos, pela realização dos sonhos que faz com que os cidadãos, na hora de votar, sejam realmente livres e independentes das oligarquias e suas viciadas classes políticas que as sustentam com o clientelismo?

Então, a luta contra a corrupção está intimamente ligada ao aumento do poder popular, e não à escolha de uma aliança “pura” e “incontaminada”, que ninguém neste país consegue construir, que não existe, basta ver as forças que compõem o entorno da candidatura de Marina Silva, supostamente a candidatura que se arroga mais “ética”. Não se trata das virtudes pessoais, mas do pedágio que a classe política cobra para representar os diversos setores das classes dominantes ou candidatos a tal. Não há “reforma política” que corrija o caráter burguês da nossa democracia representativa, e sua intrínseca corrupção.

Não se combate a corrupção se o país ainda não consegue realizar plenamente os sonhos da Constituinte, conquistar a real aplicação do SUS, da reforma psiquiátrica, do ECA, da Lei Maria da Penha, do Estatuto do Idoso, do recém aprovado Estatuto da Igualdade Racial, se não pode aprofundar a reforma agrária – que também está na Constituição – porque tem que pagar juros escorchantes aos banqueiros. Se não se pode, como pretende Lula a partir do fundo social do pré-sal, criar um sistema educacional de vanguarda.

E, pior, se tudo isto retrocede com um novo governo neoliberal, convicto de que o Estado não deve existir, que o mercado tudo resolve, que os cidadãos têm que recorrer a ele em busca de casa, educação, saúde, assistência e que a

Carteira de Trabalho deve ser um objeto de museu. Se retornamos a um governo que vendeu a pátria aos interesses estrangeiros, que desarmou as Forças Armadas, que massacrou e criminalizou os movimentos sociais. O fato de que um eventual governo Serra terá provavelmente dificuldade em demolir as conquistas sociais do governo Lula não os exime de nada, já que estamos assistindo, na Europa, a mais colossal demolição dos direitos jamais assistida: salários, estabilidade, emprego, saúde, tudo vai por água abaixo para pagar a catástrofe da economia capitalista. O RETROCESSO NÃO É UM ESPANTALHO QUE LEVANTAMOS POR RAZÕES ELEITORAIS: É UMA POSSIBILIDADE REAL E CONCRETA!!!

Novamente, o fator mais importante desta contenda é como as forças populares conseguirão mobilizar-se e organizar-se para condicionar os governos, no caso da vitória da Dilma dar segurança para que esta avance nas conquistas, e no caso de derrota para os neoliberais, TENTAR IMPEDIR QUE RETROCEDAM E REBELAR-SE FRENTE AOS RETROCESSOS. Em nenhuma das duas hipóteses há lugar para quietude, passividade e conformismo. Se queremos algo mais avançado que o governo de alianças de Lula, é preciso, em primeiro lugar, assegurar a sua continuidade elegendando a Dilma Rousseff, criando a possibilidade da consolidação e do aprofundamento de muitos projetos em curso. Esta é no momento uma condição imprescindível para poder criar outras condições para estabelecer formas concretas e reais de poder popular, sindical, voltar a formar fortes organizações e movimentos nos mais variados setores da sociedade. Não há outro caminho. Os partidos da esquerda que o fizeram terão futuro na História. Seria fatal se se conformassem com uma boa bancada estadual ou federal, ou um maior número de cadeiras no Senado.

Chamamos portanto a cerrar as fileiras pela candidatura de Dilma, a usar a mobilização das eleições não somente para sacudir bandeiras e distribuir panfletos, mas para promover um debate profundo e amplo à esquerda sobre a importância de tirar conclusões dos governos de Lula, e criar consciência sobre a sua plataforma programática, que é a arma mais inquestionável e invencível da qual dispomos e que deve ser a base de sustentação do novo governo popular. ●

Conjuntura Econômica no Governo Lula

O Governo Lula e o PT estão quebrando vários preconceitos em relação a como fazer corretamente política dentro do chamado campo da esquerda. Em primeiro lugar, para um partido de esquerda que defende o socialismo, o Governo Lula foi capaz de entender que antes de conquistarmos o socialismo, o povo de menor baixa renda precisa comer, vestir, calçar, habitar, comprar eletrodomésticos, ter mais saúde, educação, lazer. É possível tirar milhares da miséria e ir construindo as pontes para uma sociedade socialista. Os miseráveis não precisam esperar o socialismo para viver melhor.

Logicamente, que não dá para ter a pretensão de resolver todos os problemas da miséria acumulados durante anos em apenas 8 anos de governo e dentro das limitações de uma sociedade capitalista. Mesmo porque para Lula se eleger teve que fazer várias concessões à elite do país. Ele é fruto de uma combinação de Lula conquistado e Lula consentido. Lula conquistado em virtude de sua origem de retirante, das lutas sindicais, da luta contra a ditadura militar e pela democratização do país, da luta pela construção de um partido de esquerda, das lutas políticas. Lula consentido pela elite do país sem alternativa, depois do fracasso do neoliberalismo no Brasil, de certa forma “permitiu” um Lula que assumiu determinados compromissos – através da Carta ao Povo Brasileiro, de manter as regras já estabelecidas, como a manutenção dos atuais contratos. O capital tem a capacidade de sabotar qualquer governo quando se sente lesado, e mesmo não sendo atingido na sua essência, buscou destituir o Governo Lula quando dos acontecimentos envolvendo o chamado mensalão.

O PT aprendeu, depois de muito rejeitar, que sem fazer alianças que pressupõe fazer concessões, não elegeria um Presidente da República. Tática que se faz necessária agora também para a eleição da candidata Dilma à Presidência da República.

É neste contexto e com esta concepção que o Governo Lula conseguiu avan-

ços estupendos para a classe mais pobre do país. O PSDB está tão desesperado que até busca dizer que a política do Governo Lula é uma continuidade do governo FHC. Nada mais falaciosa que esta afirmação.

As diferenças têm seus primeiros fundamentos, na concepção de classe. O PSDB governa para a elite brasileira. O Governo FHC ao abraçar a concepção de Estado mínimo, não o fez apenas por acreditar no princípio neoliberal mas porque o neoliberalismo se traduziu em privatizar o patrimônio público. O Governo FHC cometeu crime de lesa pátria ao “doar” empresas como a Companhia Vale do Rio Doce. O Governo FHC privatizou por 105 bilhões de dólares, 70 empresas estatais federais e estaduais. Descontados os benefícios concedidos, esse valor é ainda menor.

Uma das primeiras medidas do Governo Lula foi interromper o processo de privatização das empresas estatais, resgatá-las e fortalecê-las e com muita diplomacia conseguiu afastar o seu governo da Aliança para o Comércio das Américas - Alca e do Consenso de Washington.

FHC queria mudar o nome de Petrobrás para Petrobrax visando a sua privatização total. Parte da empresa foi privatizada em 2001, com a venda de 4,84 bilhões de dólares em ações. Atualmente, essas ações valem 70 bilhões de dólares. A indústria naval quase desapareceu, ficando restrita a um contingente de apenas 6 mil trabalhadores. No Governo Lula, a Petrobrás foi resgatada com um dos principais símbolos do patrimônio público e do desenvolvimento nacional; foi responsável pela auto-suficiência em petróleo e pelas descobertas do pré-sal. Seu valor de mercado passou de 15,4 bilhões de dólares, em 2002, para 208 bilhões em novembro de 2009. Com as compras realizadas pela Petrobrás, a indústria naval foi reerguida e já é a 6ª maior do mundo, além de empregar 45 mil trabalhadores. Para o novo marco regulatório do petróleo e do gás, Lula adotou o regime de partilha. A riqueza do pré-sal será apropriada pela sociedade graças

à criação de um Fundo Social para investimentos em educação, ciência e tecnologia, saúde, preservação do meio ambiente e no combate à pobreza. A Petrobrás será operadora exclusiva do pré-sal e será criada a Petrosal, inteiramente pública, já que a Petrobrás tem uma expressiva participação privada. O Governo Lula soube muito bem direcionar o desenvolvimento da economia interna com o crescimento dos países chamados emergentes; com particular atenção aos chamados Estados operários, como a China e Rússia. Países que estão reestruturando suas economias depois da crise do bloco socialista, mas, como o Brasil, buscam se desenvolver com uma forte presença do Estado. Pré-condição hoje para o desenvolvimento com distribuição de renda.

Com Lula, O Brasil diversificou bastante o destino de suas exportações. Houve redução no fluxo de exportações para os Estados Unidos, mas aconteceram



Programa Luz para Todos

avanços significativos em relação a China, América Latina e outros continentes. Corretamente, o Governo Lula percebeu que nos últimos dez anos, o crescimento dos países emergentes foi 3 a 4 vezes superior à dos países desenvolvidos, que já haviam começado a estagnar e agora estão rumando para baixo, de modo acentuado. A crise está demonstrando a importância dos países emergentes. E foi neste rumo que o Governo Lula, corretamente, direcionou as relações comerciais do país, sem abandonar, logicamente, o comércio tradicional. O Governo Lula soube negociar com a correção política necessária com a Bolívia a questão do gás, com o Paraguai a questão da tarifa de energia. Ampliou relações comerciais com Cuba e a Venezuela, dizendo para todo mundo que se faz necessário ampliar o comércio sul americano. Daí a constituição da Anasul. Não adianta o Brasil crescer e o seus vizinhos ficarem estagnados. Para o Brasil crescer, toda a América do Sul tem que crescer junto e com distribuição de renda, do contrário podemos ser envolvidos nesta crise monumental do capitalismo. Situação que levará o capita-

lismo central a fazer novas guerras pelo mundo.

No Governo Lula o superávit foi de 136 bilhões de dólares, de 2003 a 2008. Esta quantidade de dólares foi, em grande medida, comprada pelo Banco Central, que reforçou as reservas internacionais do Brasil. O país fechou 2008 com saldo de 206 bilhões de dólares de reservas internacionais. Foi este colchão de reservas que blindou o país na crise econômica, reduziu as especulações contra o Real e minimizou as consequências negativas em termos de crescimento econômico e geração de empregos. Foram criados 11 milhões de empregos em 7 anos de governo. Com Lula, O Brasil atravessou bem a crise, não teve perdas de reservas. Ao contrário, elas continuam crescendo e já passaram de 230 bilhões de dólares. O Governo FHC fechou com um déficit de 768 milhões no Balanço de Pagamento, apesar das inacreditáveis concessões realizadas ao grande capital – privatizações selvagens, dolarização da dívida interna e aumento dos juros para até 45% ao ano. Nem assim os tucaños conseguiram convencer os grandes capitalistas a financiarem o Brasil.

O Programa Bolsa Família passou de um patamar para outro completamente diferente em uma perspectiva quantitativa – atingiu 12 milhões de famílias -, qualitativamente as políticas sócias foram transformadas em direito. Em um país como o Brasil, com sua tradição clientelista, conseguir dizer que política social não é instrumento de clientelismo, é direito das pessoas, é muito mais importante do que a quantidade de Bolsa Família que foi distribuído, em que pese a importância do Bolsa Família para tirar milhares de pessoas da miséria e ser um fator de fortalecimento do mercado interno.

No Governo Lula houve transferências de 305 bilhões de reais de renda às famílias através do INSS, do Bolsa Família, do Seguro-desemprego, abono salarial, BPC e aos servidores inativos. Neste Governo, em cinco anos, 32 milhões de pessoas ingressaram nas classes C e AB, que passaram a representar 60% da população. 20 milhões de brasileiros saíram da situação de pobreza e extrema pobreza em cinco anos. Na área da educação o Governo criou o Fundeb para toda a educação básica. Construiu 214 escolas técnicas; criou o piso nacional do magistério; criou os programas de formação para professores, livro didático, 1.125 creches e escolas infantis, o ensino fundamental passou de 8 para 9 anos;

(continua na página 4)

(vem da página 3)

construiu 14 novas universidades e mais 104 extensões universitárias; as vagas de ingresso passaram de 113 mil para 228 mil; contratação de 30 mil novos professores; com o ProUni garantiu bolsas para 596 mil estudantes; o Pronaf da agricultura familiar passou de 2,2 bilhões de reais para 16 bilhões de reais; e criou o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, inédito no país, garantindo a compra, por um preço justo, da produção agrícola e destinando os alimentos para populações em insegurança alimentar. Foram realizadas várias políticas direcionadas para fortalecer a agricultura familiar e dar mais qualidade à reforma agrária que precisa avançar muito ainda, pois um dos fatores de concentração de renda no país se traduz na elevada concentração de terra.

Hoje, O Brasil tem uma taxa de crescimento de renda dos que ganham menos maior que a taxa de crescimento dos que ganham mais. No século XX ocorria o inverso, porque o país apostava sua economia no crescimento dos mais ricos. Apostou-se no consumo insatisfeito da grande maioria da população brasileira, com crédito, capaz de gerar desenvolvimento econômico para o país. Quem antes comprava um par de sapatos, hoje pode comprar dois; quem comia uma vez por dia, hoje come três vezes. Isso gera dinamismo na economia, faz ela rodar. E outra mudança importante que estamos construindo: o aumento do consumo nas classes intermediárias, a redução das classes de menor renda e concentração do aumento da massa de renda nesse meio.

Ninguém tem dúvida de que ainda existem milhares de pessoas excluídas das condições básicas de vida, analfabetas, sem teto. Um grau alarmante de violência com altíssimos índices de mortalidade, principalmente de jovens. Mas a vida está mudando. A recomposição do poder de compra do salário mínimo em 38% é uma conquista importante para o povo, pois trata-se nada mais nada menos do que corrigir as perdas decorrente dos anos de alta inflação.

O Governo Lula zerou a dívida interna lastreada em títulos cambiais do Brasil. Com as reservas internacionais, a dívida externa pública liquidada tornou-se negativa, ou seja, nosso país tem mais reservas em dólar do que deve aos bancos e organismos internacionais. E mais: mesmo a dívida externa total - pública e privada – é também negativa, ou seja, as reservas do governo e das empresas privadas no exterior são superi-

ores à dívida total. Foi isso que blindou o Brasil na crise econômica de 2008 e evitou os ataques especulativos contra o nosso país. Se por um lado o governo conseguiu liquidar com a dívida externa e sua subordinação ao FMI que hoje conta com empréstimos do Brasil, mantém uma carga tributária que penaliza a população mais pobre. É verdade também que, mesmo assim, houve uma aceleração do crescimento do PIB e da produtividade. Neste sentido, é importante perguntar para onde está indo o aumento da carga tributária.

Alguns pontos centrais precisam ser encarados de frente, no momento certo, como a reforma tributária e política. As políticas de distribuição de renda precisam ter continuidade e para que tenham consistência duradoura o país precisa modificar a carga tributária que é regressiva, isto é, penaliza as populações mais pobres. Pesa na sociedade a ausência do imposto sobre grandes fortunas que tem um alto poder de arrecadação. Questões que não serão resolvidas com este Congresso Nacional, daí a necessidade de se fazer um plebiscito popular ou uma Constituinte específica para resolver estes problemas fundamentais para o país.

Diante da brutal crise do capitalismo e diante das ações criminosas do imperialismo, como os preparativos de guerra, com utilização de artefatos atômicos, em torno do Oriente Médio que levará o mundo de roldão, o país precisa se fortalecer, mais do que nunca, em torno de uma política de soberania nacional. Concepção esta que possibilitou o Brasil a se posicionar corretamente com soberania e não se alinhar com as ações imperialistas anglo-americanas. Neste sentido, o Governo Dilma precisa se posicionar contra a desnacionalização das terras e da agroenergia no país. Grandes empresas como a Shell estão adquirindo nossas usinas de agrocombustível, retirando as vantagens fenomenais que o país tem em produzir energia renovável. Da mesma forma como as reservas de petróleo precisam ser protegidas, a agroenergia precisa ser preservada como um patrimônio nacional e ser explorada com a incorporação das pequenas e médias propriedades rurais, com sustentabilidade, com respeito à natureza, de forma descentralizada e com distribuição de renda. São estas mudanças estruturais que possibilitarão o país transitar de um modelo ainda estruturado sob o poder econômico nacional e internacional para um modelo de profundas transformações sociais, verdadeiramente democrático e popular.

Copa: futebol, racismo e política



Lúcio, o capitão da seleção brasileira e a sua mensagem contra o racismo

Quando Lúcio, o aplicado capitão da seleção canarinho, leu mensagem condenando o racismo antes daquela fatídica partida contra a Holanda, talvez não pudesse medir o grande alcance de seu gesto, que nos obriga a recuperar um fase da história recente. Condenar ali mesmo o racismo era imperioso pois era respeitar aquele povo e também alertar para as novas expressões racistas que estão se projetando em outros países, inclusive países que estavam ali disputando o certame.

Sob o apartheid não haveria Copa na África do Sul

O certo é que a Copa do Mundo só estava se realizando ali em território sul-africano porque milhares de seres humanos deram suas vidas contra o animalesco regime do apartheid, que com o apoio de países como Estados Unidos e Inglaterra, principalmente, massacraram de maneira cruel a pátria de Mandela. A África do Sul racista, imperialista, ditatorial, que foi recebendo sanções internacionais quanto mais crescia a resistência popular em seu interior e mundo a fora, levando-a a receber algumas sanções internacionais, jamais poderia ser a sede de uma Copa do Mundo se estivesse sob o apartheid.

Queremos, portanto, estender a oração do capitão Lúcio para fazer justiça a um povo que não estava disputando a Copa, mas que foi fundamental para que a Copa ali se realizasse para alegria e orgulho da nova África do Sul. A declaração de Lúcio tem raízes na história da solidariedade revolucionária que Cuba ofereceu à África, a começar pelo envio de médicos para apoiar a Revolução na Argélia, onde esteve trabalhando o próprio Che Guevara.

Enquanto Mandela ainda estava preso, Cuba já estava apoiando os vários processos de libertação em território africano. Libertação que veio a receber um grande impulso a partir da Revolução dos Cravos, em Portugal, liderada por jovens capitães, muitos deles egressos das então colônias portuguesas em território africano, onde

aprenderam muitas lições de dignidade por parte daqueles povos a quem deveriam esmagar. Houve capitães que mais tarde relataram que em território angolano se convenceram que a razão da história estava com os guerrilheiros angolanos. Por isso mesmo, chegavam a organizar certas incursões pelas selvas, onde deixavam deliberadamente suas armas para serem recolhidas pelos soldados do Movimento Popular para a Libertação de Angola, simulando que haviam sido desarmados, quando estavam a dizer, com aquele gesto, que apoiavam a causa da libertação africana.

Estes gestos dos militares portugueses floresceram em Cravos Vermelhos pelas ruas de Lisboa, após soarem os primeiros acordes da canção “Grândola, Vila Morena”. A razão histórica venceu! Não sei se o capitão Lúcio, na sua juventude de uma vida dedicada ao futebol, teve oportunidade de informar-se sobre isto antes de ler aquela importante declaração contra o racismo, num gesto de grandeza da nossa seleção.

Cuito Cuanavale: começo do fim do apartheid

Quando Cuba atendeu ao chamado do presidente angolano, o médico, poeta e guerrilheiro Agostinho Neto, para que enviasse ajuda militar para assegurar a libertação de Angola, conquistada em 11 de novembro de 1975, com pronto reconhecimento de Brasil e óbvia contrariedade dos EUA, abria-se uma nova página na história da África, mas também da solidariedade internacional.

A hipocrisia e a malignidade intrínseca da mídia comercial não deu a conhecer aos milhões de torcedores do mundo inteiro de olhos magnetizados no televisor uma linha sequer desta luta heróica para derrotar o apartheid e permitir, afinal, não apenas a libertação de Angola e da Namíbia, mas também de Nelson Mandela e a erradicação total do regime racista, derrotado no campo militar em Cuito Cuanavale e, mais tarde, novamente derrotado pelos votos que

elegeram Mandela seu primeiro presidente da república, o primeiro com legitimidade!

Não tínhamos nenhuma dúvida da bravura e da grandeza do gesto do povo cubano ao fazer a travessia do Atlântico no sentido contrário àquela rota feita pelos navios negreiros que vieram para o Brasil e também para o Caribe, nos unindo para sempre na dor, no sangue, na música, na cultura e também no compromisso de saldar esta imensa dívida que toda a humanidade tem para com os povos africanos. Porém, Cuba decidiu pagar antes de todos e para lá enviou 400 mil homens e mulheres, negros e brancos, inclusive a branca da filha de Che Guevara, que também já havia lutado em Cabinda, enclave angolano próximo ao Congo. O médico brasileiro Davi Lerer estava exilado em Angola naquele período, ensandecido de solidariedade e de compromisso com a libertação angolana. Foi quando começou a perceber que alguns dos feridos de guerra por ele tratados, falavam espanhol. Era fruto da Rota do Atlântico feita no sentido contrário, no sentido da libertação. Todos devemos à Mama África. Mas, só Cuba teve a audácia de pagar esta dívida com armas nas mãos!

Armas nucleares contra Cuba

A nobreza do gesto provocou o instinto assassino das chamadas democracias imperialistas. Acaba de ser divulgado que Israel forneceu armas nucleares à África do Sul para serem lançadas sobre as tropas cubanas no sul de Angola. Com o apoio dos aviões Migs de fabricação soviética, a tropas do exército racista da África do Sul foram enxotadas de território angolano, postas para correr também do território da Namíbia, cujas forças revolucionárias também formavam aquele formidável exército de libertação. Chegou-se a discutir nas forças de libertação a ida até Pretória!. Por isto os imperialistas cogitaram o uso de armas nucleares contra o exército cubano, pois o seu exemplo de internacionalismo proletário era por demais poderoso à humanidade! Tudo isto resultou no agravamento da crise do regime de Botha, na libertação de Mandela, no fim do apartheid, nas eleições diretas, e, por fim, na conquista da realização da Copa do Mundo, pela primeira vez, em território africano!. Vitória da humanidade, após tantas vitórias que abrilhantam a linda história de justiça da humanidade, unindo a Revolução Cubana à Revolução dos Cravos de Portugal! As armas nucleares na foram utilizadas daquela vez. Não se atreveram! Não se sabe se as utilizarão agora contra o Irã.



Nelson Mandela festeja a Copa do Mundo na África do Sul

Racismo nos países imperialistas

A condenação ao racismo lida pelo nosso capitão, é atualíssima. Tem endereço. Depois da desclassificação das seleções dos EUA e da França, vimos pipocar novamente manifestações de racismo contra negros, imigrantes, árabes, hispânicos, sobretudo nestes dois países. Há os que considerem a França uma democracia exemplar, mas não querem prestar atenção nas declarações de Zidane, o craque da seleção francesa de origem argelina. Contrariando a tese dos acadêmicos pouco atentos, ele questiona a democracia francesa: “Eu posso ser campeão do mundo com a camisa da França, orgulho nacional, mas não posso eleger o presidente?” Agora o deselegante técnico da seleção francesa atira a culpa pelo fracasso aos jogadores de origem africana, à cultura dos bairros de periferia das grandes cidades francesas. Nenhum questionamento ao sistema político francês que é tão duramente combatido pelos jovens das periferias pobres na França, sem perspectiva de estudo ou de emprego!

Nos EUA não foi muito diferente. Buscam-se justificativas para a desclassificação, mas, as vozes racistas voltam a falar alto, sobretudo contra hispânicos, asiáticos e afro-descendentes. A gigantesca contradição política vivida pelos EUA só tende a se agravar, certamente de forma dramática, já que o presidente Obama tem sido pressionado pelo complexo militar-industrial a reforçar sua presença armada mundo afora. Já mandou mais 30 mil soldados para o Afeganistão, continua a ordenar bombardeios de povoados matando crianças e destruindo alvos civis naquele país empobrecido. Esqueceu-se das torturas de Guantânamo? Manda uma frota nuclear para as proximidades da costa do Irã. Multiplica o orçamento do Pentágono. O prêmio Nobel da Paz vai se revelando o Prêmio Nobel da Guerra e continua colecionando cadáveres e mais cadáveres!

Na linha inversa, o Brasil aprova o seu Estatuto da Igualdade Racial e cria a Universidade Lusoafricana Brasileira (Unilab), na cidade cearense de Redenção, a primeira em extinguir o escravagismo no Brasil. Lá teremos professores e estudantes africanos, estudando gratuitamente. É a forma brasileira de também começar a apagar a enorme dívida que temos para com os povos africanos, como assinalou Lula. É verdade que estes dois gestos concretos nos chegam com 112 anos de atraso. Há muito ainda para caminhar, mas a linha é de continuar a abrir espaços para que os negros sigam aumentando sua presença qualificada nas universidades, para que os Territórios dos Quilombos sejam definitivamente escriturados em nome dos remanescentes dos escravos, que as políticas públicas de habitação contemplem as necessidades da população negra, ainda alvo de desumana discriminação no mercado de trabalho, recebendo ainda os piores salários, ocupando as piores funções, e, ainda por cima, confinada à invisibilidade nos meios de comunicação, salvo as honrosas exceções da comunicação das tvs públicas e comunitárias, que registram alguma justiça racial televisiva.

Rivalidades exageradas são contra a cooperação

O mal exemplo vem exatamente das tvs comerciais. Ofendem gratuitamente ao povo paraguaio ou insuflam uma exagerada hostilidade contra argentinos, certamente, fazendo um tipo de jornalismo de desintegração, exatamente quando nós latino-americanos estamos a organizar e por em prática, por meio de vários governos, políticas públicas de integração econômica, energética, comercial, cultural educacional. Seguindo as orientações dos que querem impedir que sejamos solidários e cooperativos entre nós - por acaso, as mesmas nações imperiais que antes apoiaram o

apartheid e recentemente tentaram boicotar a realização da Copa na África - criou-se um clima para uma rivalidade exacerbada, agressiva, verdadeira hostilidade, por exemplo contra argentinos e paraguaios.

Basta recordar o comportamento do capitão da seleção uruguaia, Obdúlio Varela, que, em 1950, fez o Brasil todo chorar quando derrotaram a equipe canarina em pleno Maracanã. Varela sentiu tanta segurança e confiança no caráter amistoso do povo brasileiro que foi comemorar a vitória uruguaia com brasileiros na noite carioca, sendo tratado com fraternidade e nobreza olímpica pelos nosso povo. Diante de comportamento tão elevado dos brasileiros, certos narradorestelevisivos de hoje, apesar de frequência em certames internacionais, revelam-se verdadeiramente torpes e ineptos para alcançarem um padrão de jornalismo desportivo minimamente olímpico, tal como a Grécia Antiga - não a atual induzida à falência pela oligarquia financeira - legou à humanidade. Querem animalizar, embrutecer, despertar baixos instintos, estando portanto, em choque frontal com os princípios e valores que a Constituição pauta para os meios de comunicação, exigindo que sejam educativos, respeitosos aos mais nobres valores humanos e destinados à elevação cultural da sociedade.

As nações imperiais sabem perfeitamente da utilidade destas rivalidades fomentadas, muitas vezes artificialmente. Sobretudo contra povos que possuem grande potencial de cooperação entre si, como é o caso de Brasil e Argentina, cuja integração das bases produtivas poderia acelerar e encurtar sobremaneira os prazos históricos para a integração da América Latina. Por isto fazem o jornalismo da desintegração. Pela mesma razão, são incapazes, como meios de comunicação, de informar sobre o papel que Cuba desempenhou na história recente de libertação da África.

Jornalismo de integração

As nossas tvs públicas precisam fazer o contraponto. A diversificação e a pluralidade informativas, neste episódio, seriam extremamente válidas. Sobretudo se permitisse ao povo brasileiro conhecer quanta história existe por detrás da declaração contra o racismo que o capitão Lúcio fez naquele estádio repleto de sul-africanos libertos do regime do apartheid. E também conhecer quanta manipulação se faz do esporte, em nome de causas mesquinhas e anti-civilizatórias, como as que pretendem reviver o racismo e o impedimento ideológico da cooperação e da solidariedade entre os povos que tem um destino comum. O da unidade, da cooperação e da solidariedade.

O acordo nuclear com o Brasil e a Turquia e o processo revolucionário no Irã



Os Presidentes Lula, Ahmadinejad e Erdogan com seus respectivos Ministros das Relações Exteriores

O acordo estabelecido entre estes três países (1) demonstra, em primeiro lugar, o fracasso da acusação dos Estados Unidos sobre a belicosidade do Irã que, muito pelo contrário, está aberto a um esquema pacífico de enriquecimento controlado do urânio; em segundo lugar, de que este acordo é possível no âmbito de países e governos como Brasil e Turquia identificados na luta pela soberania de seus povos contra os ditames das potências capitalistas. A paz só é possível fora dos interesses de dominação do império capitalista. Torna-se evidente quem é o verdadeiro instigador da guerra: os Estados Unidos que insiste, no apoio da Rússia, China, França e Alemanha no Conselho de Segurança da ONU na condenação ao Irã.

Lula e Erdogan resolveram alinhar-se com Ahmadinejad pondo um freio à prepotência americana: com que autoridade moral o EUA ousa ameaçar o Irã, sendo aquele o maior produtor de bombas nucleares, executor do bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki e detonador de armas radioativas de urânio no Iraque? Porque não há intervenção da AIEA em Israel que além de não

ser signatário do acordo de não proliferação nuclear, é detentor de mais de 400 bombas atômicas? Porque não se investiga a denuncia de que o Pentágono, através de Israel, tentou vender cerca de 14 armas atômicas ao governo racista da África do Sul (Botha) pouco antes da queda do apartheid? Não há como ignorar os fatos. Não há como submeter-se a mais esta invenção dos EUA sobre a existência de armas nucleares no Irã, como a que criou sobre as “armas químicas e bacteriológicas” de Sadan Hussein para justificar o bombardeio contra o Iraque.

Os EUA inventam qualquer pretexto para deter a verdadeira arma do Irã: a revolução antiimperialista de Ahmadinejad

O objetivo dos EUA no Irã, com a ajuda de Israel é, além da apropriação do petróleo e das riquezas energético-nucleares, interromper a crescente influência do processo revolucionário dirigido por Ahmadinejad em todo o mundo islâmico árabe. O Irã hoje retoma o nacionalismo de Mossadegh dos anos 50 (contemporâneo de Vargas no Brasil e Nasser no Egito) continuado pela revolução islâmica de Khomeini na década de 70. No aniversário da revolução de 70, no ano passado, 50 milhões de um total de 72 milhões se mobilizaram em todo o país em apoio ao novo governo. Foi uma gigantesca adesão à rup-

tura que as medidas de Ahmadinejad significam em relação à política neoliberal e privatizante do programa liberista do governo anterior de Khatami. As medidas de reforço da participação do estado em diferentes setores da economia como o elétrico, petroleiro, aeronaval, abastecimento de água, alimentação, moradia e cultura, o combate ao contrabando da gasolina ao exterior (Afeganistão, Paquistão e Turquia), à corrupção alfandegária, e o aumento da participação popular no processo de transformação, são os fundamentos que avançam em uma revolução de veste islâmica, mas socialmente anticapitalista e antiimperialista. É uma revolução *sui generis* como tem ocorrido na América Latina. Militares, índios, teólogos, operários sindicalistas se transformam em dirigentes revolucionários e socialistas. No Irã islâmico, se misturam o poder político e religioso num século XXI onde a religião em muitos casos deixou de ser o “ópio do povo” para dar passagem aos “teólogos e islâmicos da libertação”; Cristo e Maomé renascem da sua luta contra as altas hierarquias político-religiosas e se unem a Marx. Na ausência de tradição de sindicatos e partidos de massas, as mesquitas se convertem em um centro de reunião e debate no Irã. As chamadas “preces de 6ª. feira” nas mesquitas transformam-se em efervescentes células de debate do povo sobre vários temas econômicos, moradia, trabalho, corrupção, energia nuclear, integração e internacionalismo. Ahmadinejad nomeou 3 ministras mulheres (o que não ocorreu antes); isso representa um enfrentamento contra os centros da hierarquia eclesiástica. A grande mídia, contando com o equívoco de algumas tendências de esquerda, faz eco à fracassada “revolução de veludo verde” sustentada pela burguesia opositora nostálgica do neoliberalismo, cultuando a propriedade privada intocável no período do Xá e de Khatami.

Mas, o fator de maior crise dos EUA e seus aliados é que Ahmadinejad tem sido um articulador da frente antiimperialista no Oriente Médio, e desta com o resto da América Latina, centralmente Venezuela, Brasil e Bolívia, e Equador. O Irã ajuda a Venezuela com construção de casas, fabricação de carros, tratores, bicicletas, remédios; e ambos criaram um mecanismo de cooperação financeira fora do FMI, o Banco Veniran. Sem contar com os acordos com a Rússia na importação de aviões civis Antonov e Tupolev e mísseis, dentro de uma linha de independência dos EUA; e a construção do gasoduto unificando entre vários

países, Tagikistão, Azerbaijão e Turcomenistão. Ahmadinejad demonstra compreender que o triângulo mundo árabe e islâmico em base à retomada do Oriente Médio, à integração econômica desses países, uma Conferência Mundial em Teerã chamada “músculos, não, para ninguém!” e participaram 102 países, nos EUA a Conferência contra a proliferação nuclear envolvendo mais de 80 países.

Da mesma forma que no Irã, setores do aparato do parlamento, impedem o movimentismo de Ahmadinejad do povo através do chamado “governo itinerante” e as pressões dentro e fora do parlamento pressionam pa-

Neste mesmo momento, setores da alta hierarquia da burocracia contra a suspensão do uso do véu por parte do povo, impedem a participação social e revolucionária das mulheres (veja a análise feita por J. Posadas nos próximos meses, publicamos nesta edição). Uma parte importante da burocracia para desestabilizar Ahmadinejad e o setor de burocratas provocatórias – uma espécie de “termidor” da revolução – das questões econômico-político centrais, do qual se quer impedir que a luta contra o imperialismo aprofunde-se.



O presidente Ahmadinejad controla a produção do urânio em um laboratório para fins pacíficos (medicina e saúde) no Irã

AS CONTRADIÇÕES

O imperialismo busca também pressionar a Rússia no Conselho de segurança da Onu contra o Irã. No entanto, recebe a reação de Putin e do ministro da Defesa russo, que defendem os interesses defensivos e que o acordo é de 2005 e, portanto, não, os russos não aceitarão a agressão militar do Irã. A reação de Putin, na realidade representa indiretamente o apoio do Estado Operário e está de olho nas manobras da Rússia com Hillary Clinton. Não é casual o envio de tropas russas para o Irã, ou a intenção de instalar duas bases militares no norte do Irã. As pressões contra o Irã, se dão no contexto de manipulação pelo imperialismo, instigam a guerra contra o Irã e a Turquia. O governo da presidente interina da Rússia, não, mas as tendências pró-capitalistas da Rússia não.

Os aparatos contra-revolucionários da Rússia, Kirguistão e de Ahmadinejad no Irã e, provavelmente, Lula e Erdogan. De fato, não é por casualidade que o Irã se abriu aos curdos. É uma questão de afastar o Brasil e do Irã, e que se mantenha firme o Irã.

O representante russo no território palestino, que resiste a entregar armas à Síria, ao Irã, à Líbia, a Mahmoud Abbas, a liderança da burguesia Palestina e Gaza. São setores que conciliam com apoio de Israel para impedir o avanço da revolução.

(1) Neste acordo o Irã se dispõe a entregar à Turquia 1.200 kg de urânio pouco enriquecido que retornaria ao Irã numa quantidade de 120 kg de urânio enriquecido a 20% para aplicação em pesquisas

do Oriente Médio à Ásia Central e Ásia menor. O sucesso da revolução iraniana depende da união dos processos nacionalistas em toda a região dos países. Ahmadinejad convocou em 20 de abril a "Energia nuclear, sim, para todos!, Bombas atômicas para todos os países, incluindo Iraque; dias depois, se reuniu com líderes de outros países, que objetivava condenar o Irã e com so-

o aparato islâmico, aliados a forças conservadoras do Irã e de Ahmadinejad que busca a mobilização revolucionária "tipo caravanas de Lula. Muitas dessas tendências apontam para o fracasso do acordo do Irã-Brasil-Turquia.

Forças religiosas islâmicas levantam uma polêmica contra as mulheres. Ahmadinejad as apoia, defendendo as mulheres contra a opressão que o véu representa. Ahmadinejad fala dos méritos da revolução de Khomeini no texto que ele escreveu no vértice religioso agita agora essa questão, Ahmadinejad que chama a atenção às pressões da revolução islâmica – que tentam desviar a atenção do Plano Qüinqüenal, da luta contra a corrupção, e defendem as transformações sociais anticapitalistas.

O aparato conservador, a maioria do parlamento e a sua direção, a Corte Suprema da Constituição, chamada Conselho dos Guardiões da Constituição Islâmica, em nome do aiatolá Ahmad Jannati, sabotam Ahmadinejad, o atacam acusando de eclético, secular e conciliador, faltando pouco para combatê-lo como herege; aparentemente, em nome de Maomé, mas na realidade, sustentando o monopólio do açúcar, do setor importador e contrabandista que lucra com os aparelhos eletrônicos, celulares, o comércio e a propriedade.

para

CRÍTICAS DA RÚSSIA

A Rússia, através da diplomacia russa que vota contra o Irã e que, ao incluir os mísseis S-300 russos no acordo de energia, o ministro do exterior que declaram que eles são necessários para o Irã. Diplomacia ou imperialismo? A ala chamada "conservadora" como a ala da crescente reivindicação do retorno ao imperialismo, apesar do minueto de Medvedev, a nave russa, Pedro o Grande, no Caribe, a entrega de mísseis S400 na fronteira da Coreia do Norte, no mesmo momento em que bandos armados, a guerra étnica no Kirguistão golpeando a minoria uzbeka, a Roza Otunbayeva pede a ajuda do exército russo se opõem.

A Rússia festejariam a queda de Roza Otunbayeva no Kirguistão, aparentemente pouco se interessariam pelo sucesso de Assad na Síria e que reativam o PKK curdo contra o governo turco, o aviso do imperialismo para que a Turquia se alinhe à Otan.

O Irã pertence a essa tendência da burguesia russa, a Argélia e aos palestinos; pela mesma razão o Irã persiste quer manter o cerco e o fechamento de fronteiras por parte de um aparato da burocracia russa para

A defesa do acordo Irã-Brasil-Turquia e a soberania dos povos

Neste contexto é muito importante a posição firme de Lula de repudiar qualquer sanção ao Irã, e a insistência de Ahmadinejad à participação do Brasil e Turquia no próximo Conselho de Segurança da ONU em setembro. Os EUA e a burguesia européia, apoiados no CSO têm o maior interesse em romper os laços econômico-militares do Irã com a Rússia e a China (2). Sancionam ao Irã, contra-restam o acordo do Brasil e Turquia com o Irã, e neutralizam as pressões para investigar os crimes de Israel como os ataques aos palestinos e à Flotilha da Liberdade.

De toda forma os Estados Unidos e seus aliados da OTAN e Israel não saíram triunfantes nas últimas negociações no Oriente Médio. A conferência sobre o TNP chama, pela primeira vez, a um Oriente Médio desnuclearizado, toca no tema do armamento nuclear de Israel e exige que este assine o Tratado de não proliferação nuclear.

E Ahmadinejad mantém a posição firme pelo acordo Brasil-Turquia, não servindo às provocações das resoluções do CSO. O problema é justamente que os setores militaristas dos EUA e de Israel não estão dispostos a sofrer mais derrotas diplomáticas, como na negociação do acordo por meio do Brasil e da Turquia. Por isso, 12 navios de guerra dos EUA e 3 submarinos nucleares de Israel atravessaram o Suez, numa clara ameaça ao Irã e à legalidade internacional.

O governo Lula teve a audácia de romper a fortaleza da impunidade. Há que apoiá-lo nesta luta. Os que se opõem à paz, como Israel e EUA, querem destruir o acordo Brasil-Irã-Turquia, e denegrir a imagem de Lula nos meios de comunicação a serviço do imperialismo e da guerra,

É fundamental que o Brasil dê segurança a Ahmadinejad a manter esse canal de integração e soberania tríplice, não somente para demonstrar a possibilidade de acordos para produção da energia nuclear para fins pacíficos, mas garantir o avanço da revolução iraniana, que tem o mérito de ser peça chave para articular a unificação do Oriente Médio e, deste com o resto do mundo, contra o jugo imperialista.

(2) O recente acordo entre o ministério de petróleo iraniano e o da energia russa, um "plano para 30 anos" de energia para o desenvolvimento tecnológico, energias renováveis e várias realizações do setor, incluindo a venda de gasolina no caso de embargo segue no sentido contrário das intenções imperialistas de isolar e derrubar o governo iraniano.

Ameaças ao povo e à revolução iraniana



Enquanto estamos finalizando este artigo se publicam as recentes reflexões de Fidel Castro, onde alerta o mundo sobre os perigos de ameaça de guerra contra o Irã por parte do imperialismo: "desde o dia 20 de junho navios militares norte-americanos, incluído o porta-aviões Harry S. Truman, escoltado por um ou mais submarinos nucleares e outros navios de guerra com mísseis e canhões mais potentes do que os velhos couraçados utilizados na última guerra mundial entre 1939 e 1945, navegam rumo as costas iranianas através do canal de Suez. Junto das forças navais ianques avançam navios militares israelitas, com armamento igualmente sofisticado, para inspecionar toda a embarcação que parta para exportar e importar produtos comerciais que o funcionamento da economia iraniana precisa". Há 12 navios militares dos EUA e Israel que se juntarão aos 3 submarinos nucleares israelenses no Golfo Pérsico.

O imperialismo ainda espera que a contra-revolução interna iraniana intervenha, sem que ele tenha que sujar as mãos. Mas, quando o setor revolucionário de Ahmadinejad puder derrotar a contra-revolução e as chamadas quintas colunas, e fizer com que o Irã espargira a onda revolucionária no mundo islâmico árabe e mais além, crescerá altamente a possibilidade de um ataque. Há setores de guerra do imperialismo que prevêm isso e não estão dispostos a esperar mais. Por isso, preventivamente, há medidas anunciadas pelas altas cúpulas militares dos Guardiões da Revolução Islâmica, como o general Ali Fadavi e o brigadeiro Mehdi Moini, advertindo os EUA de que se inspecionarem os navios iranianos em águas internacionais receberão a devida resposta no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz. Estes setores estão conscientes de que há toda uma estratégia de guerra contra o Irã, e que a iniciativa do Brasil e da Turquia, depois de algumas poucas tentativas de Obama, serve a conter as pressões das tendências na gestão americana que passo a passo conduzem à guerra. A colisão entre o representante dos EUA, MacChrystal, na Otan e Obama é significativo de um desconcerto interior que expressa que o imperialismo entra em desacordo sobre como e onde lançar a guerra fatal. Aparentemente é só pela questão da estratégia no Afeganistão, mas o debate interno principal agora é sobre a intervenção contra o Irã que é sem dúvida a energia revolucionária central que põe em riscos o interesse do imperialismo na região: querem fazer do Irã, um novo Afeganistão. Mas não conseguirão, pois o Irã não é o Afeganistão e a frente dos países independentes se amplia, seja através deste acordo Brasil-Irã-Turquia, seja pelos laços mais profundos entre Venezuela-Irã-Síria e os setores mais conscientes da direção cubana, da Rússia e da China.

O ato criminoso de 15 de julho na mesquita de Zahedan, capital da região Sistan e Beluchistan iranianas, com duas bombas, 30 mortos e 170 feridos, busca criar uma divisão entre os sunitas (que são maioria naquela região fronteiriça com o Paquistão) e os xiitas e o governo revolucionário, que poucas semanas atrás havia enforcado Abdelmalik Riglu, o chefe da quadrilha terrorista atuante há anos naquela zona. Este havia sido preso quando ia para a base militar americana em Manas, no Kirguistão, para encontrar-se com Richard Kolbruk, quando existia ainda o governo pró-americano precedente. Após o atentado na mesquita, houve uma resposta contundente das massas iranianas, com participação de todos os chefes de tribo, sunitas e xiitas, em apoio à República islâmica, a Khamenei e em rechaço aos planos criminosos de devastação imperialista. Tem sido um "bumerangue" contra os autores do crime. (*)

(*) Estes artigos se baseiam em informes do nosso correspondente em Teerã.

Irã e Brasil: retaliações e soberania



Lula, Ahmadinejad e Khamenei

Enquanto uma frota de 12 navios dos EUA e 3 submarinos nucleares de Israel dirigem-se ao Golfo Pérsico, com a colaboração da camarilha de vassallos da Arábia Saudita e do Egito, para uma ameaça real e uma não descartada agressão militar ao Irã, anunciam-se retaliações contra interesses econômicos do Brasil por não concordar com as sanções impostas à nação persa. Diante do risco da incineração de um povo que não invadiu nenhum outro país ou sequer explora outras nações, vamos registrando aqui no Brasil a elevação de tom de algumas vozes que muito longe de clamar por uma solução pacífica, aproveita a situação de perigo, hoje encoberta pela fumaça futebolística da Copa, para condenar não as retaliações que o Brasil pode receber dos EUA, mas a política externa do Brasil por defender nossa soberania, bem como uma solução pacífica para impasses desta natureza.

Nas novas sanções adicionais que o presidente Obama anuncia contra o Irã, ficam claras as intenções de atingir vários outros países. Ou seja, que por detrás das medidas punitivas ao Irã há também o objetivo de promover guerra comercial para ampliar o controle econômico do mundo em mãos das grandes corporações transnacionais, controladoras do mando político nos EUA. Pelas sanções, os EUA não aceitarão, assim mesmo, de modo imperial, que o Brasil venda etanol para o Irã, já que o objetivo é realizar um estrangulamento econômico e energético daquela nação. Hoje o Brasil não vende etanol para o Irã, mas se pretendesse vender, aqueles que se arrogam campeões do livre comércio, não permitirão, está proibido!

Nota-se satisfação em alguns articulistas da imprensa sempre sintonizada com os poderes internacionais na maneira de tratar estas absurdas retaliações. Agora transformam-se soberania e defesa de princípios e de fundamentos pacifistas para a solução de impasses em irrealismo diplo-

mático. Ou seja, culpa-se o Itamaraty por não se curvar à prepotência inadmissível da Casa Branca, ora ocupada pelo primeiro presidente descendente de africanos, mas, apesar da diferença da cor da pele, igualmente teleguiado pelos desígnios do Pentágono, pelo complexo militar-industrial, provavelmente a verdadeira presidência dos EUA.

Irrealismo diplomático versus realismo vassalo

Para criticar o Itamaraty e a política externa de Lula, estes porta-vozes informam, com satisfação, que empresários brasileiros ligados ao setor de defesa foram comunicados por fornecedores ou parceiros em uma grande feira internacional que seus governos “estavam reavaliando as licenças de exportação de componentes sensíveis para o Brasil”. De acordo com estas fontes, os motivos são “a posição do Brasil em apoio ao Programa Nuclear Iraniano e também dúvidas sobre a própria ação das políticas nucleares do Brasil”

Na realidade, o problema não é novo. Há um veto imperial histórico das grandes nações capitalistas que querem impedir que outras nações desenvolvam-se tecnologicamente, sobretudo quando são possuidoras de grandes riquezas minerais e energéticas, como o Irã e também como o Brasil. Não por acaso houve tantos golpes de estado na Bolívia até que um índio aymara, - ensandecido de realista dignidade e de soberania, como teria sido nosso Tiradentes - desse um basta à uma sangria secular. Para os vassallos que analisam os fenômenos políticos sob a ótica tacanha do irrealismo diplomático, mesmo depois de ter expulsado o embaixador dos EUA, a Bolívia de Evo Morales segue ativa, já sendo território livre do analfabetismo, tendo reduzido em 75 por cento o preço de gás de consumo para o consumo doméstico e tendo implantado uma renda de cidadania, tudo a partir da nacionalização corajosa e soberana de seus recursos energéticos.

Sempre houve retaliações

O Brasil também já foi alvo de várias pressões e sabotagens, muito antes de praticar este propalado “irrealismo diplomático”. Turbinas nucleares importadas por Vargas da Alemanha foram seqüestradas por militares dos EUA no porto de Hamburgo, em 1952, quando seriam embarcadas para o Brasil. Posteriormente, quando Geisel firmou convênio nuclear com a Alemanha, em 1975, estas mesmas vozes posicionaram-se, como sempre, ao lado dos EUA buscando impedir que o Brasil se nuclearizasse. A lógica deste setor de plantão é impedir que um país emergente atinja plenitude sócio-econômica. Querem que o Brasil não tenha capacidade militar, de preferência reduzindo drasticamente suas forças armadas, e, também, relegando-as à

função de mera polícia de bairro. Não querem que o Brasil tenha indústria naval, nem produção de fertilizantes, o que o impedirá de ter, de fato, soberania alimentar. Este setor, que comemorou o suicídio de Vargas e depois tentou frivolamente demolir a Era Vargas desnacionalizando o que pudesse, continua de plantão.

Desarmamento unilateral

Outra prova disso é a entrevista do físico José Goldemberg, ex-ministro do governo Collor, concedida à Revista Época, cujo título intrigante, sobretudo pelo momento em que o Brasil é alvo de retaliações imperiais é “O Brasil quer a bomba atômica”. Tanto o professor como a revista são por demais conhecidos. Mas, cabe salientar a torcida que ele faz para que o Brasil assine o Aditivo ao Tratado de Não Proliferação, mesmo sabendo que isto não apenas permitira inspeções sem qualquer reserva em todas as nossas instalações de pesquisa, algo que, evidentemente, os EUA, por exemplo, jamais admitiriam. Mas, o professor quer que o Brasil se submeta inspeções sem limites. Inclusive sob o risco de perder controle sobre desenvolvimentos tecnológicos avançados e não alcançados, ainda, por outros países.

Além disso, a posição do professor expressa a consciência de que a assinatura do Aditivo do TNP implicaria na renúncia, pelo Brasil, do desenvolvimento do projeto do submarino nuclear. E o professor, como todos nós, sabe que há uma imensa riqueza petroleira submarina e que as grandes potências têm uma práxis histórica de ignorar soberanias e territorialidades. Mesmo assim ele não se constrange em revelar seus pensamentos. Por que as potências imperiais não tiveram coragem suficiente para, apesar de toda sabotagem, pressão e agressividade, impedir que a China se transformasse numa das grandes potências econômicas, sendo também uma potência espacial? Porque diferentemente do Brasil, as forças armadas da China são armadas, o que ainda não se pode afirmar em relação à capacidade de defesa do Brasil, apesar de uma positiva inversão de rota nas políticas para o setor de defesa que ainda possui jipes e tanques utilizados na guerra da Coreia e nem pode sequer garantir o rancho para todos os recrutas.

O caso dos aviões tucanos

As retaliações contra o Brasil não surgem agora pela política atual do Itamaraty. Eles obedecem a lógica da dominação do mundo, que nunca foi um mundo para meigos. A diferença é que os que alardeiam “irrealismo diplomático” praticaram, quando no governo, o mais vexatório realismo vassalo. Exemplo claríssimo desta disposição infinita para obedecer ordens externas: com a privatização-desnacionalização da

Embraer permitiu-se que há alguns anos, antes da crise do Irã, o Brasil fosse proibido de vender 150 aviões Tucanos para a Venezuela, disposta a comprá-los. Diante do veto imperial, sob o argumento de que há nos computadores das aeronaves componentes de fabricação norte-americana, a Venezuela fez a compra na China. Com a queda nas encomendas, a Embraer colocou no olho da rua 4800 metalúrgicos. Mesmo havendo no Brasil um imenso potencial para o desenvolvimento da aviação regional. Eis o preço social de tal realismo vassalo. Retaliações não são de hoje. Indaguem-se quantas houve contra o Programa Espacial Brasileiro, para o país não consiga entrar no seleto clube das potências espaciais.

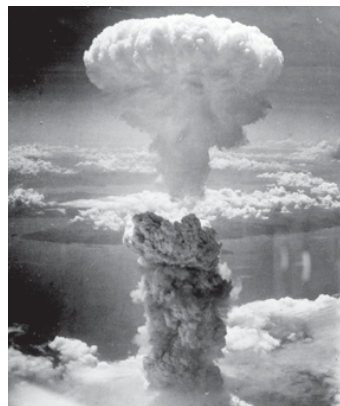
A função das TVs Públicas

O período eleitoral no Brasil coincide com o agravamento da crise mundial do capitalismo e de uma clara intenção das grandes potências de sair da crise pela vida da dinamização da indústria bélica. Isto merece todo o bom debate do mundo por parte dos meios de comunicação, mas o que se verifica, salvo honrosas exceções para uma informação mais eivada de espírito público, é uma campanha de demolição da política externa brasileira. E mesmo na TV Brasil a pluralidade de opiniões sobre este tema realmente explosivo é bastante precária, havendo na editoria internacional um mesmismo de já linha editorial que condena o Irã por não abrir mão de sua soberania. É um quase recado disfarçado para que o Brasil também devesse optar pelo realismo subalterno.

É urgente que este debate se aprofunde e se qualifique, até porque a agressão contra o Irã pode se materializar, dolorosamente. Já fizeram Hiroshima e Nagasaki! E, as retaliações contra o Brasil e outros emergentes, podem se agravar sim. Só há duas alternativas: uma, quase impublicável, da qual é partidário o professor; a de querer ver o Brasil curvar-se ante os ditames do império. A outra, irrecusável, fortalecer nossa capacidade de realizar políticas soberanas e independentes, a capacidade de estabelecer novas parcerias internacionais, baseadas na cooperação e na solidariedade. Mas, com base no realismo histórico, isto implica em ter capacidade de defesa, independência tecnológica e aprimoramento de nossa democracia, superando as enormes dívidas sociais e vulnerabilidades externas e ideológicas que ainda nos machucam como nação. Em razão disso, obviamente, a turma do mantra do “irrealismo histórico” e do desarmamento unilateral, vocalizada pelo citado professor, certamente não estará com a candidata Dilma Rousseff. Ela já disse que prega a continuidade das políticas em curso e seu aprofundamento, além de referir-se a Lula como um continuador de Vargas.



Fidel alerta ao perigo da guerra nuclear contra o Irã e a humanidade



Os EUA lançaram a bomba atômica contra Hiroshima e Nagasaki

Há suficientes sinais para compreender que a humanidade se aproxima de uma fase de decisões e acontecimentos dramáticos, como J. Posadas chamava de “ajuste final de contas”. Ele pode ocorrer a qualquer momento já que não há nenhuma garantia de que não se efetive de fato um ataque contra o Irã e que isto não signifique o início de um processo de maior confrontação global.

Estão todas as condições: uma crise econômica profunda e sem controle, uma crise social degenerativa do sistema capitalista em todo o mundo, e crise militar. Esta se expressa no fato que segmentos como o do General MacChristal da Otan se estão preparando para um assalto, inclusive contra o próprio setor de Obama, onde há elementos que denunciam que o 11 de setembro foi um auto-atentado. A solução de todas essas crises os leva a tentar acertar tudo através da guerra, segundo a sua visão doentia. Como disse o presidente da Síria, Israel está hoje dirigido por um setor piro-imperialista que se prepara para a guerra. A América Latina neste momento não tem a força militar necessária para afrontar este embate de guerra antiimperialista, mas tem a força social revolucionária, que H. Chávez chama de a bomba atômica social, ou de kriptonita vermelha.

A ameaça da eclosão de uma guerra é concreta porque diante de uma provocação de tal porte dos EUA e Israel mobilizando 12 navios de guerra acompanhados de submarinos nucleares no Golfo de Suez verso Mar Cáspio e várias instalações militares em Azerbaijão apontadas contra Irã, não se pode imaginar que Irã não se defenda, envolvendo todos os países da região, apesar da evidente desigualdade militar. Todos os mecanismos de ataque de todos os países se porão em alerta e em preparo. O afundamento do navio da Coreia do Sul (já denunciado como uma ação provocatória dos serviços secretos do imperialismo para justificar uma guerra contra a Coreia do Norte), a caída do primeiro ministro do Japão, a viagem do dirigente norte-coreano à China indicam que todos se porão em ponto de guerra, inclusive a China e a Rússia, mesmo com a posição de Medvedev. Já não será possível que se repita a política de Stalin quando a URSS foi atacada; apesar de ter sido advertido pelos oficiais jovens do Exército Vermelho que pagaram com a vida por semelhante audácia de advertir que Hitler ia atacar a URSS, ou seja, por dizer a verdade!

É indispensável que o Irã faça um chamado às massas soviéticas, à sua consciência do que foi a guerra contra o nazismo e às massas chinesas, que não permitam que suas lideranças cometam o mesmo erro de Stalin antes. E mesmo no Irã, porque como se poderá enfrentar semelhante desproporção de forças de agressão, permitindo internamente a atuação de segmentos sociais que preparam a própria destruição de importantes instalações do Irã, de infra-estrutura e de perdas humanas, já que é inevitável que os ataques não se limitarão a um ou outro centro científico-militar. Vejam o exemplo das chamadas “bombas inteligentes” dos EUA e da Otan que destruíram vilarejos, hospitais, escolas na guerra contra a Iugoslávia e o Iraque.

Saudamos o reaparecimento de Fidel e chamamos o mundo à atenção do seu alerta, para que se impeça a carnificina do povo iraniano e de vários povos, preparando-se na forma de levantes e rebeliões em vários países, sobretudo dirigindo chamados às massas dos EUA para que se levantem e busquem tomar o controle do país para reduzir a destruição que se aproxima! A única defesa é a rebelião contra as burocracias, contra os comandos vacilantes, contra o imperialismo em todos os lados. Como a desigualdade de forças é espantosa entre EUA-Israel e Irã, é preciso contar com a força social inteligente das massas revolucionárias que tem que se levantar em todos os lados.

**POVOS DE TODO O MUNDO,
UNAMO-NOS CONTRA AS AMEAÇAS DE GUERRA DOS EUA E ISRAEL
CONTRA O IRÃ E A INTEIRA HUMANIDADE!**

A PROPÓSITO DA INEVITABILIDADE DA GUERRA ATÔMICA

A afirmação da revista “URSS Oggi” (1) de que os «ideólogos» do trotskismo querem o socialismo baseado nas ruínas atômicas, é uma inverdade. Quando escrevem isto, os camaradas soviéticos se equivocam. O que nós dizemos é que a guerra é inevitável, que o capitalismo vai lançá-la. Mas mesmo com a guerra capitalista o socialismo se construirá, porque é uma necessidade do desenvolvimento da história humana, da ciência, da economia, mas, sobretudo, da inteligência humana, onde a classe operária exerce uma função essencial. A guerra atômica provocará muitas mortes, centenas de milhões de mortes, mas destruirá somente a expressão material do progresso, não a capacidade e a inteligência já alcançada, que determinou o progresso. Isso já está conquistado. Destruirão pessoas, edifícios, máquinas, mas não a capacidade humana, a experiência, a segurança humana; tudo isto já está conquistado!

O socialismo não se constrói sobre as ruínas atômicas, esta não é a forma de interpretar. É o capitalismo quem faz a guerra. Não porque nós a queiramos, e sim porque antes de ser esmagado pela história, o capitalismo recorrerá à guerra, porque tem os meios para lançá-la. Se não o faz, melhor. Bem, estaríamos dispostos a esperar trinta anos mais. Mas trata-se de que o capitalismo não tem outro recurso na história senão a guerra. E parte inerente à propriedade privada. É o mesmo procedimento da concorrência, da disputa através da concorrência, é a mesma coisa que a guerra que os capitalistas faziam entre si: concorrência comercial, financeira e depois a guerra.

Quando os camaradas soviéticos dizem que «os ideólogos do trotskismo querem fazer o socialismo sobre as ruínas atômicas», usam a mesma frase de Pablo (2) que foi publicada em 1959, no último número da revista *Quarta Internacional* e que era contra Posadas. A frase dizia: «aqueles iludidos que querem construir o socialismo sobre as ruínas atômicas...» O iludido era Posadas. E demonstrou-se que não era nenhuma ilusão. Essa crítica, posteriormente foi tomada por Maitan e mais tarde por Mandel.

É uma falsa interpretação. Nós não desejamos a guerra atômica. Nem a guerra atômica, nem nenhuma guerra. A guerra é uma consequência do sistema capitalista. Nós interpretamos esta conclusão da mes-

ma forma como fazemos com a concorrência, com o desemprego, com a inflação, ou, o excedente de produção enquanto existe gente que não tem o que comer. São consequências do mercado capitalista, que conduzem ao antagonismo com a sociedade, à concorrência entre si e a recorrer à guerra. É suficiente ler a história da propriedade privada e do capitalismo para ver que o que mais se destaca da atividade do sistema de propriedade privada é: guerra, guerra, guerra...

De forma que não é correto dizer que queremos construir o socialismo sobre as ruínas atômicas. Nós apenas interpretamos que eles lançarão a guerra; mas que apesar da guerra, e de que farão uma destruição enorme de bens humanos, de riquezas, o socialismo se construirá da mesma forma, pois o socialismo já é uma conquista da consciência e da inteligência da humanidade, desde o último habitante da Oceania, da Islândia, da África, Ásia, América Latina à Europa. Já existe uma compreensão, uma segurança de que a economia não é um mistério, que a propriedade já não cumpre nenhuma função na história, que a inteligência é produto do desenvolvimento das relações humanas baseadas na economia, mas que uma vez desenvolvida a ciência, esta supera a economia e desenvolve a inteligência objetiva; e também com o surgimento do proletariado como classe dirigente que, para progredir como classe, para libertar-se como classe, tem que libertar toda a humanidade e não pode construir nenhuma nova classe.

Eis aí o instrumento representante do progresso da história. São condições históricas que estes camaradas soviéticos não levam em consideração. Não são resoluções políticas, e sim análises e conclusões sobre o processo da história. É o capitalismo que prepara a guerra e vai lançá-la. É só ver o fato de que dedica quarenta por cento da riqueza capitalista aos preparativos de guerra. Não somente aos gastos em armas, porque os preparativos de guerra incluem a contra-revolução, os serviços secretos, a polícia.

J. Posadas

6 de abril de 1978

(1) Revista editada pela embaixada soviética na Itália.

(2) Pablo, Mandel e Maitan, formaram parte do grupo dirigente da IV Internacional até 1960, ano no qual J. Posadas diverge e organiza a IV Internacional Posadista.

Avanços, contradições e desafios do processo revolucionário da Venezuela



Presidentes da ALBA assistem à marcha cívico-militar por ocasião do Bicentenário da Independência na Venezuela (abril-2010)

Uma série de acontecimentos, manifestações e debates compuseram o cenário das lutas do povo venezuelano, por ocasião das últimas atividades pelo Bicentenário da independência(1). Desde 13 de abril, quando tiveram início as comemorações pelo 8º. aniversário da derrota do golpe contra-revolucionário de 2002, até o 1º. de maio, houve uma maré de eventos que longe de exibir simples vestes de festividades, expressavam manifestações de luta, de debate e de novas propostas no elenco do programa revolucionário.

Com este artigo nos dirigimos aos companheiros e companheiras que têm tido acesso a informações deturpadas da mídia brasileira e internacional, que não tem feito outra que ocultar o processo de transformações sociais na Venezuela, desconstruindo constantemente a imagem do Presidente Hugo Chávez, eleito democraticamente, impossibilitando desta forma o acesso à verdade sobre os avanços da revolução na Venezuela.

Bicentenário da independência e integração latino-americana

Um dos pontos altos foi a marcha cívico-militar no dia 19 de abril em Caracas que comemorou o bicentenário da independência, retratando a amplitude da luta libertária de Bolívar, de nacional a latino-americano. A coincidência da realização da IX Cúpula da ALBA deu maior ênfase ao sentido integrador do evento. O relevante dessa marcha não foi a demonstração de força militar, mas a integração cultural, social e política dos povos. O aspecto militar tam-

bém teve a sua importância, como o tem destacar a existência de um Conselho de Defesa Latino-americano, diante das ameaças que representam a IV Frota no Caribe, as 7 bases norte-americanas na Colômbia, o golpe em Honduras e as provocações guerreiras do imperialismo contra a Venezuela, Irã, a Palestina e a Coreia do Norte. A imprensa do oligopólio mundial tratou de destacar a ameaça militar que a marcha representava, mas no fundo, o maior temor da burguesia é o processo de integração cívico-militar que se está despartando na Venezuela, e a integração política econômica entre os governos da ALBA e de toda a América Latina. Os cravos de 25 de abril de 1974 em Portugal, renasceram nesse dia 19 de abril nas ruas de Caracas, quando no fim da marcha, civis subiram nos tanques confraternizando-se com os soldados.

Acordos de integração econômica da Venezuela com América Latina e o mundo

A verdadeira independência da América Latina, embrionária há 200 anos, ainda está por ocorrer. Mas, já está em pleno desenvolvimento. Enquanto a Grécia, vassala do FMI, vai à bancarrota, para infortúnio da classe trabalhadora grega, os países da América Latina, rompendo com o neo-liberalismo e integrando suas economias soberanas, resistem ao naufrágio do capitalismo. A Federação Socialista da América Latina deve ser uma meta, que não parte do zero, mas de acordos econômicos concretos, já vigentes com a ALBA, o Mercosur, intercambiando produtos e tecnologias,

com valores de troca que vão ser estabelecidos pela nova moeda, o “sucre”, e administradas pelo Banco do Sul, dentro de um mecanismo a ser estabelecido sem a especulação capitalista, e suprimindo as necessidades de cada país.

Diversos acordos de cooperação econômica além da esfera da ALBA e fora da domínio dos grandes países capitalistas como Irã, Síria, China, Rússia e Bielorrússia e Argentina, na base da troca de produtos e importação de tecnologia abrem novos horizontes de auto-abastecimento na Venezuela. Na recente visita de H. Chávez ao Brasil, foram firmados 22 acordos entre os quais: intercambio de tecnologia (Banco da Venezuela e a Caixa Econômica); pesquisas agropecuárias da EMBRAPA, produção de soja e derivados; petróleo cru da Venezuela para a Refinaria Abreu e Lima; Petrosul entre Brasil-Venezuela e Argentina); projetos de construção de casas; criação de um Instituto de Planificação Econômica na Venezuela.

Como muitas vezes reiterado por H. Chávez, referindo-se a Trotsky: “não há socialismo em um só país; há que estender a revolução ao mundo”. Dessa convicção nasceu sua força de impulsionar ao lado de Cuba, um processo democrático de surgimento de novos governos progressistas na América Latina, criando instrumentos alternativos atrativos para a soberania dos países: Unasul, Banco do Sul, Petrosul, Telesul, Petrocaribe. Daí cresceu a avalanche de acordos de cooperação econômica fora do âmbito do FMI e do imperialismo. Decididamente, a revolução “bolivariana” abriu uma nova era. Ela expandiu o processo revolucionário, mas tendo nascido no seio de uma burguesia débil, rica de petróleo, mas sem desenvolvimento industrial próprio e para as massas, trata de recuperar tempo histórico, combinando estatizações dos setores básicos e estratégicos da economia com acordos com as indústrias (estatais ou privadas) de outros países.

Estatizações e empresas socialistas

O governo de H. Chávez recuperou para o estado 30% da economia: petroquímica, siderurgia, telecomunicações e telefonia, setor elétrico. Recentemente, o estado começou a intervir também contra a máfia das empresas mineradoras na zona do Guri entre o estado Bolívar e Amazonas (venezuelano). Apesar de ser uma percentual ainda baixa de participação do estado, nota-se uma tendência importante no setor da cultura e da educação; antes de Chávez, além do analfabetismo (que hoje se eliminou), registrava-se uma brutal indigência em publicações, taxas de leituras, acesso das camadas pobres a livros, sendo para isso fundamental a criação do Complexo Editorial, incluindo a Imprensa Cultural do estado, que já fez tiragens como a Dom Quixote, com tiragem de 1 milhão de exemplares e distribuição gratuita. O livro “Contos” , de Machado de Assis recebeu

uma tiragem de 300 mil exemplares, o que nunca ocorreu no Brasil onde a tiragem padrão é de apenas 3 mil exemplares. Vale citar também a edição, pela primeira vez, da obra “Cem anos de solidão” no dialeto wayuunaiki, o que só pode ser feito por uma iniciativa estatal, pois, pelas leis do mercado editorial privado esta tribo indígena seria relegada eternamente ao iletramento e excluída da literatura universal.

Junte-se a isto a criação das chamadas “empresas socialistas” como a do asfalto (PDVSA em conjunção com governos locais); empresa socialista do leite; Plano Guayon socialista (exploração do ferro e alumínio); unidade de produção socialista (município Pedraza) com tratores da Bielorrússia; Plano Caura (nacionalizaram com a participação de 2.500 funcionários das Forças Armadas a minas ilegais de exploração do ouro. Não se excluem nesse processo, mesmo contando com importações mencionadas nos acordos bilaterais com outros países, o estímulo a pequenos produtores nacionais de couro, sapatos e roupas e produção de alimentos. Aqui vale uma reflexão sobre como, ao mesmo tempo que impulsionar o sentido progressista destas medidas, superar os limites das mesmas para que não restem no âmbito de uma



PDVAL e Mercal (mercado de abastecimento alimentar sob gestão do estado venezuelano)

economia capitalista, e avançar rapidamente em medidas de estatização num ritmo necessário para impedir a contra-revolução e afirmar o salto de um estado revolucionário a um estado operário. Há que prever resistências das empresas a uma planificação mais centralizada, constituindo-se em focos de resistência, interesses localizados e no caso venezuelano, torna-se preocupante por contar ainda com uma predominância privada e capitalista.

Na experiência de Velasco Alvarado no Peru, em torno à chamada “propriedade social”, J. Posadas assinalava: “É preciso fazer uma discussão sobre os problemas da propriedade privada, a comunidade industrial, a propriedade social e a propriedade estatal, a função e a importância histórica dessas formas de propriedade e os resultados concretos na história. A comunidade industrial, como a propriedade social, são veículos muito úteis para o desenvolvimento da economia em geral, e não somente da empresa. A rentabilidade não pode ser avaliada em função de uma empresa ou outra, porque cada um tem seu interesse privado. A rentabilidade para eles depende de que a empresa

funcione bem, à custa das demais. Assim se desenvolve o interesse de um ou outro, que é uma espécie de autogestão minimizada. Com essas formas de propriedade, estão buscando que seja mais eficiente e se eleve a produção. A intenção é correta, mas não é este o meio. Esta experiência indica que eles querem avançar, mas ficam ainda na área limitada das formas de propriedade. Não se pode desenvolver a produção se não é em base ao interesse social, de acordo à necessidade social e à planificação.”

Reforma agrária e soberania alimentar

A última reforma da Lei de Terras favorece a mais de 2 milhões de famílias camponesas, ocupantes e produtoras em terras denunciadas ou ditas ociosas, assegura a propriedade de arrendatários produtivos, proíbe a terceirização e o latifúndio. Entretanto, o processo é lento e tortuoso, está muito longe das metas estabelecidas pelo governo revolucionário, por resistências internas no próprio aparelho de Estado, inclusive certos setores das forças armadas beneficiadas nos regimes anteriores pela concessão de terras em troca de fidelidade aos governos capitalistas.

Nascem complexos estatais para a produção de açúcar e etanol com tecnologia brasileira, incluindo 11 usinas de álcool combustível. As medidas agrárias incentivam o pequeno e médio agricultor e a agroindústria. Entre outras se duplica a produção de leite, da carne bovina (graças à importação e cruzamento com gado zebu do Brasil e Nicarágua), porco e frango. Muitos produtos alimentícios chegam a baixíssimo preço nos Mercados (mercados populares sob gestão do estado). Acabam de se criar as redes Bicentenário ou Rede Comércio como forma de distribuição estatal para deter a corrupção, pois ainda não se logrou derrotar os atravessadores e a máfia do comércio privado que especula e sabota. A perseguição fiscal ou policial para assegurar o abastecimento não é suficiente enquanto não se eleva a produção agrícola e a agroindústria.

A recuperação de terras, a reforma agrária com expropriação dos latifúndios com controle social, das comunas e dos sindicatos tornam-se inadiáveis. A exigência de um consumo elétrico controlado combina o desequilíbrio da natureza, a seca, com um eventual despreparo estratégico, e é tomado como elemento de autocritica, e impulso para o debate e a solução revolucionária das dificuldades. Hugo Chávez se reuniu com 600 trabalhadores e a UNETE (União Sindical dos Trabalhadores Elétricos) que apresentaram um plano estratégico com intervenção estatal para recuperar e reestruturar o setor elétrico; ao que Chávez respondeu: “Façam isso, está nas suas mãos!”. É fundamental impulsionar esta conclusão: maior planificação do estado e controle operário-sindical que não justifiquem insuficiências ou sabotagens.

Medidas sociais e conquistas sindicais

O 1º de maio na Venezuela foi um dia de festa e comemoração de conquistas da classe trabalhadora, diferentemente do clima de batalha campal e enfrentamentos transcorridos na Grécia e nos países capitalistas da Europa e da Ásia. Na Venezuela, em encontro prévio com delegados operários, Chávez decretou: 1) pagamento imediato do saldo dos 25% de aumento do salário mínimo decretado ao início do ano; 2) 40% aos médicos, 40% aos militares; 3) 100% de pensão dos chamados sobreviventes (viúvas); 4) o estado ajudará na complementação de quotas para contribuintes se aposentarem; 5) aposentadoria para camponeses e pescadores; 6) 75% de aumento para trabalhadores da construção civil. E o fundamental: chamou ao controle operário nas indústrias básicas. Chávez juramentou uma representação operária como direção da CVG (Conglomerado de 15 empresas com mais de 18 mil empregados, eixo econômico de uma região de 5 estados e metade do território venezuelano), dentro do “Plano Guayana Socialista”.

Urge que o povo venezuelano exerça na prática o controle operário dos meios de produção! Entretanto, não há tradição, não há funcionamento de partido suficiente que conduza a uma mobilização consciente da classe operária, há um peso enorme de velhas tradições, costumes, vícios, corrupção, um movimento sindical que jamais foi autônomo e que até ontem funcionava de



A população civil se confraterniza com as milícias de trabalhadores da cidade e do campo para defender as conquistas da revolução bolivariana

maneira corporativa, e às vezes mafiosa, como no caso dos petroleiros antes da era Chávez. A direção empurra para frente, mas o processo requer tempo, lutas, educação, formação, clareza ideológica.

Um dos problemas ainda não totalmente resolvidos, é o da comunicação social. Apesar do indubitável progresso que representa a expropriação do estado de partes importantes dos setores básicos, os principais ramos da economia estão nas mãos privadas que continuam oferecendo um perigo à revolução, como no setor bancário e das comunicações. A

luta por recuperar a RCTV e convertê-la na TVEs, pública e de domínio social, tem sido árdua e requerido do governo um esforço de melhoria de conteúdos (remetemos a um artigo específico sobre a questão).

Participação social e eleições

O povo venezuelano se prepara para as eleições de deputados da Assembléia Nacional em setembro. Para isso se realizaram em 2 de maio as eleições primárias dos candidatos a deputados do PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela). Em todo o país se candidataram 3.527 militantes, eleitos pelas bases, nos bairros, universidades e locais de trabalho. Destes, foram eleitos 220 (110 com seus respectivos suplentes) nos 87 “circuitos” do país. Estes são os candidatos do PSUV em setembro. Dos 6.776.618 filiados ao partido, votaram 2,5 milhões. Houve um equilíbrio entre a tradicional e a jovem guarda. A intenção foi garantir maior representatividade possível. A novidade foi uma eleição grande de jovens (15 entre vários dirigentes estudiantis combativos). A crítica, e a necessidade de renovação dos quadros se expressaram, mas sem que isso seja uma garantia para que o PSUV alcance os 2/3 do próximo parlamento para impedir que setores da direita tentem derrubar leis e conquistas da revolução.

Aliás, esta é uma possibilidade real: o boicote às eleições parlamentares não funcionou, a burguesia ficou isolada, mas desta vez decidiu participar, vai investir milhões, vai manipular dados, vai jogar sobre

todas as carências do governo (as provocadas pelo boicote e as carências naturais do processo revolucionário), e pode sim, canalizar o descontentamento e adquirir legitimidade para fazer oposição. Qualquer que seja a quantidade de representantes que consigam eleger, a mídia imperialista vai fazer um enorme alarde e vai apontar o “fracasso” de Hugo Chávez. Uma oposição combativa, mais a aliança com a mídia pró-imperialista pode representar

um real entrave ao processo revolucionário, enquanto ele jogar com as regras da democracia burguesa formal.

Partido de Massas, comunas e milícias

O processo revolucionário venezuelano é cheio de variáveis e riscos, pressões contra-revolucionárias internas e externas que denotam a necessidade de saltar do governo ao poder. Do governo nacionalista e popular ao poder revolucionário das massas. Não há que descartar o processo elei-

toral para ir ao governo, como se fez repetidamente na Venezuela desde 1968, mas há que afirmar os elementos de poder popular para avançar ao poder, acelerar as medidas de estatização e planificação econômica em bases socialistas. Construir o Partido de Massas é fundamental. E assegurar o crescimento qualitativo e quantitativo do PSUV é tarefa central. Neste sentido foi importante o I Congresso Extraordinário do PSUV, onde cerca de 700 delegados, debateram durante 5 meses princípios, funcionamento e programa para passar do estado burguês ao estado socialista acelerando as embrionárias formas de controle operário, comunas e milícias. O Congresso apoiou também a convocatória de H. Chávez de formar uma V Internacional Socialista que seja um centro de coordenação mundial de lutas de todos os movimentos e partidos de esquerda antiimperialistas.

O surgimento das milícias, que compõem um contingente de mais de 200 mil pessoas no país, é uma grande novidade que denota que a revolução bolivariana é “pacífica, mas não desarmada”. No dia 13 de abril dia da vitória contra o golpe reacionário de 2002, marcharam 36 mil milicianos, operários, camponeses, intelectuais, funcionários públicos, jovens, mulheres e velhos, de armas na mão, unidos aos soldados do exército, da juventude da UNEFA (Universidade Nacional Experimental das Forças Armadas), das Missões bolivarianas, trabalhadores da PDVSA, das Indústrias Socialistas Agrícolas, e do Ministério das Indústrias básicas (estatais).

A revolução bolivariana é nossa!

Esse é o quadro de todas as peças de xadrez em jogo no processo da revolução permanente na Venezuela. Chamamos a todos os movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, militares nacionalistas a estar atentos e solidários a esta experiência ocultada pelos grandes meios de comunicação no Brasil e no mundo. Isso não é casual, pois sabe-se que no Brasil da inolvidável tradição varguista, hoje recuperada por Lula, forças militares e movimentos sociais recebem o impulso dos chamados “novos ventos do sul”, e vêm com simpatia o processo de integração latinoamericana detonado pela revolução bolivariana de Hugo Chávez, como elemento fundamental para assegurar um programa de transformações para tirar o Brasil do atraso. O melhor reconhecimento e a defesa da revolução venezuelana que podemos fazer no Brasil é impulsionar políticas que façam crescer a união dos povos da América Latina em torno da ALBA, do Mercosur, da Unasul, da Telesul, da qual Lula tem sido defensor de primeira linha. ●

1 Há 200 anos, no dia 19 de abril de 1810 comemoram-se os passos mais importantes da libertação colonial contra o Reino da Espanha iniciando-se as guerras de independência e nascimento da República da Venezuela.

A Bomba de nêutron, arma de essência social contra- revolucionária(*)

J. Posadas

(*)A bomba de nêutrons – as experiências com a bomba de nêutrons foram autorizadas e efetuadas em 1963, em instalações subterrâneas de Nevada nos EUA, com o pretexto do rompimento da moratória das experiências nucleares pela URSS em 1961. O desenvolvimento desta bomba foi suspenso na presidência de Carter e retomado por Reagan em 1981. Clinton em 1996 começou com o desmantelamento do estoque americano. A França explodiu a sua primeira bomba sobre o atol de Mururoa em 1980 e começou a produzi-la também.

Agonia mortal do sistema capitalista adquire, hoje, forma bem terminante que se expressa na bomba de nêutrons. É preciso ter claro que esta arma de nêutrons foi inventada, criada, essencialmente, com caráter local contra-revolucionário, para ser jogada contra uma manifestação, num comício, numa reunião, contra um movimento revolucionário. É uma arma criada para essa finalidade. É uma arma criada para essa finalidade. É uma arma de essência social contra-revolucionária, para enfrentar os movimentos revolucionários.

Como toda arma mortífera ao máximo grau, também encontrará sua resposta ao máximo grau. E a resposta que em breve começará, e que nós propomos aos camaradas soviéticos, é o estudo de formas de organização militar, de funcionamento, que se oponham à bomba de nêutrons. Ninguém poderá impedir que a fabriquem e que a usem, então em vez de oferecer um alvo, oferecer mil alvos, nos quais eles tenham que distribuir-se. Essa bomba tem o mesmo sentido, com o qual a seu tempo, o capitalismo construiu as grandes avenidas na França para enfrentar as massas, eliminando os lugares nos quais se reunia o proletariado. Depois da Comuna de Paris, o capitalismo viu que as ruas, tal como eram, facilitavam a ação revolucionária, então, construíram grandes avenidas para impedir a concentração. Isso, de toda forma, não impediu o surgimento e a existência de 20 Estados operários. E a bomba de nêutrons tampouco determinará que o processo da história seja neutro. A uma arma mortífera responderão com outra arma mortífera, que é a organização revolucionária das massas.

Nós propomos que os Estados operários estudem a forma de organização e mobilização para enfrentar esta bomba. E uma das bases essenciais será um apelo aos exércitos, a influência e a pressão sobre os exércitos para que usem esta bomba contra os seus chefes. Além disso, virá a bomba anti-nêutron. Se o nêutron pode ser utilizado para asfixiar e matar, se há de encontrar o meio contra isso. Esse é um aspecto no qual se demonstra que não existe força que possa impedir o progresso da revolução, porque esta é uma necessidade básica da história.

A bomba de nêutrons indica que o capitalismo prepara-se consciente de que a revolução virá. Esta é uma bomba contra-revolucionária. A guerra do imperialismo é contra-revolucionária, mas esta não é uma bomba para ser utilizada numa guerra, é uma bomba contra ações revolucionárias. Para ações de guerra tem pouco uso, porque a próxima guerra não será um enfrentamento entre grandes exércitos, mas serão disposições de armas acionadas por um reduzido número de pessoas. Por isso é uma bomba que é destinada contra movimentos revolucionários, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. É contra as massas norte-americanas, francesas, alemãs, inglesas e do resto da Europa que esta bomba está preparada.

É preciso sentir que quando o imperialismo prepara tal arma, não é por necessidade militar. É mentira! É muito pequeno o efeito militar dessa bomba, o efeito é social. O que demonstra que o objetivo deles é suprimir as pessoas. É uma bomba essen-



Ocupação de Berlim pelo exército soviético na derrota do nazismo.

Sobre os escombros da guerra, as massas impuseram novos países revolucionários no Leste Europeu

cialmente contra os movimentos revolucionários das massas. Toda a guerra do imperialismo é contra-revolucionária, porém, esta é uma bomba contra os movimentos revolucionários das massas de cada país e contra a parte de suas próprias tropas que se rebelará.

Mas isso não resolve as contradições do sistema capitalista: matam todas as pessoas com a bomba de nêutron, reorganizam a economia e depois, quem consome? Em dez anos refazem todo o ciclo e depois devem matar novamente, ou, devem impedir que as pessoas nasçam. São as contradições do sistema de propriedade privada.

Reafirmo a conclusão: a bomba de nêutrons é destinada a ser jogada contra as mobilizações revolucionárias das massas. Esse é o objetivo essencial dessa bomba. A próxima guerra não será uma guerra de grandes movimentos como anteriormente, quando um exército de milhares se deslocava de um lado a outro para ganhar posições. Mesmo os navios não têm mais importância militar. As guerras serão de armas atômicas na água, na terra ou no ar. Inclusive o satélite, feito recentemente pelos italianos, dito para as comunicações telefônicas, é um satélite militar.

Tudo isso demonstra que o imperialismo está buscando a arma invencível. Não existe arma invencível, porque a arma não pode substituir as pessoas. E as pessoas são mais importantes que todas as armas. A guerra, por si mesma, irá levar ao campo da revolução a metade das pessoas que hoje não estão com a revolução. Somente a guerra produz essa virada. O capitalismo, incluído os Estados Unidos, contam com isso, porque as massas vão fazer o mesmo também nos Estados Unidos. Antes da segunda guerra, não havia passado pela cabeça de ninguém que pudesse vir a revolução em países como a Tchecoslováquia, a Romênia, a Hungria e a Bulgária. Os Estados Unidos vêem isso; sentem que a guer-

ra será um impulso anti-capitalista poderoso no próprio Estados Unidos, e deseja a bomba de nêutrons para conter esse processo. O capitalismo observa o comportamento das massas nos Estados Unidos: fazem um chamado em defesa da democracia e não vai ninguém. Enquanto que todo o mundo dizia: «terminem com o Vietnã, deixem o Vietnã». Não é por desinteresse, é o interesse de que o Vietnã viva e que os ianques não se metam.

Sem dúvida não preparam a bomba somente para os Estados Unidos. Preparam também para jogar contra o exército soviético e dos demais Estados operários, para matar o máximo que possam. Farão isso. No entanto, é preciso considerar a previsão de que começada a guerra, 50 por cento das forças do sistema capitalista se voltarão contra. Mesmo que não passem a agir imediatamente com a revolução, se voltarão contra. Se expressará de diversas formas, no esquecimento do fuzil, na falta de balas, mas de todas as maneiras darão uma virada

Por essa razão, o capitalismo está estudando um quadro de ameaças, porque observa o comportamento político dos seus oficiais e não tem tempo para preparar uma nova camada de oficiais, já que serão influídos, de toda maneira, pelo processo de decomposição social do capitalismo, e também ao mesmo tempo, pelo ascenso dos Estados operários. Se fosse somente a decomposição do capitalismo, este teria certa esperança. Mas junto com a decomposição está o ascenso dos Estados operários, que por sua vez, é de fato o fator essencial da decomposição do capitalismo. Dessa forma, o capitalismo vê que a decomposição surge não do fato de que os oficiais vejam que irão morrer, mas porque estão frente a um regime social superior. Tres dirigentes militares do capitalismo já manifestaram isso: «perderemos a guerra porque a União Soviética é um regime social superior».

J. Posadas

28 de agosto de 1977

Adquira
o livro através do
revsocialista@yahoo.com.br



Revolução Socialista

Jornal Posadista

Continuação do
Jornal
Frente Operária,
fundado em 1953

“Sem a luta pelo socialismo, a vida não tem sentido” (J. Posadas)

Ano 11 – Nº 28 – Julho de 2010

Suplemento Especial

Dilma presidente, para continuar o governo popular e suas conquistas

O Brasil está entrando num novo embate eleitoral, em que a luta de classes está presente e todas as conquistas recentes e mais importantes do movimento popular estão em questão. A continuidade ou não do governo Lula, em termos de diretrizes programáticas, progressos da economia, relação com a participação popular, postura internacional, papel do estado, direitos democráticos, tudo aquilo de avançado que representou para a grande maioria da população trabalhadora, para os setores mais pobres da população, está em jogo. Embora na forma eleitoral, com todos os seus vícios e deformações incorrigíveis numa sociedade de classes, há sim uma disputa de projetos díspares e um conflito de classes instalado neste quadro que não pode ser ignorado por segmentos progressistas sob pena de enveredarem para o purismo, a paralisia ou o isolacionismo, que somam indiretamente aos objetivos da direita.

Ninguém deve confundir-se: ao contrário do que vem afirmando a candidata Marina Silva, e boa parte de analistas interessados, Serra não é Dilma, não é a continuidade melhorada de Lula. As garras afiadas vão aparecer à medida em que aumenta o desespero na capenga aliança demotucana, quando Lula desça em campo e o eleitorado mostre não só a transfe-

rência dos votos de Lula, mas a clara determinação de dar continuidade à sua obra.

O Brasil é país capitalista, mas não por culpa de Lula, pois não há uma direção, não há partidos preparados, não há um movimento popular consciente para conduzi-lo ao socialismo, apesar de falarem em socialismo. Há sim partidos, inclusive o PT, que se dispõe a lutar por um programa de transformações sociais, no campo democrático e popular. À esquerda, há uma tendência a fazer uma análise redutiva do que significaram os dois governos de Lula, devido ao fato que as elites mantêm o poder, a propriedade dos meios de produção e o controle de boa parte da máquina estatal em suas mãos. Que o país está longe dos ideais do socialismo, que há ainda 35% de brasileiros pobres, que os banqueiros lucram como nunca, os industriais e comerciantes, idem. Que a reforma agrária foi parcial, que os indicadores da educação e saúde deixam a desejar, e assim por diante. O pecado maior de Lula seria ter governado numa sólida aliança com as elites.

Governou com as elites sim, mas não sem conflitos. Mas governou, também, e numa escala sem precedentes, para os pobres. Os números, os indicadores so-



Lula e Dilma inauguram navio-plataforma FPSO JK (P-34), no campo de Jubarte (ES-2008)

ciais, os salários, as conquistas em termos de direitos, estão todos aí. Na economia, após um primeiro mandato cheio de dificuldades, principalmente para medir forças e estabelecer onde e como se poderia avançar e também muito dependente da correlação de forças da era Bush, enveredou-se pelo caminho do rechaço à ALCA, da diversificação dos mercados, da soberania nacional e das novas alianças com os emergentes. O caminho foi facilitado pela crise catastrófica das idéias neoliberais derivadas da grande crise que estourou nos Estados Unidos e na Europa em 2009 (e que persiste), e pela emergência dos processos de transformação social no continente latino-americano, aos quais o Brasil não somente deu apoio mas tornou-se eixo decisivo em razão do peso de sua economia, apoiando projetos que erguem uma infraestrutura continental que favorece a industrialização de países como Venezuela, Bolívia, Equador e sobretudo Cuba, onde o Brasil financia portos e dá apoio estatal fundamental para que a Ilha possa superar a dependência alimentar do exterior.

Mudanças sociais em favor dos pobres e consenso crescente no plano interno, alianças estratégicas com os países progressistas e antiimperialistas no plano internacional, deram ao governo Lula um inquestionável caráter nacionalista e po-

pular comprovados de maneira terminante pela sua popularidade. O potencial do Brasil como nação, adormecido por séculos pela mesquinhez e subserviência das elites frente às metrópoles imperiais, deixa o berço esplêndido e desperta, o país assume um novo papel no panorama internacional.

Entretanto, o nacionalismo, o renascimento do varguismo, o antiimperialismo, a reconstrução do Estado, a desprivatização parcial, a recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo, e o seu papel decisivo para o enfrentamento da crise internacional, embora reforce a sua capacidade de servir ao Capital, dialeticamente, enfraquece a autoridade da burguesia ao ser posto ao serviço de importantes mudanças sociais e da soberania nacional.

As conquistas sociais e o regime não-repressivo favorecem a organização popular e a conquista da cidadania. O progresso da economia ao contrário de debilitar as massas populares pelo acesso ao consumo, permite o seu crescimento como cidadãos, trabalhadores, lutadores por mais conquistas, habilitando-as a exigências superiores, pois percebem com experiência prática que não há nenhuma

(continua na página seguinte)

justificativa para que não possam ter acesso a alimentação regular, consumo de roupas, cobertores, eletricidade, eletrodomésticos. E percebem que isto só foi possível com o fortalecimento do mercado e dos bancos públicos. Dialecticamente, o progresso econômico da nação como país capitalista, mas com papel preponderante do Estado e uma constante ampliação dos direitos sociais, da educação, da justiça, vai criando bases para uma sociedade mais avançada.

A disputa continua, e vai continuar até que haja direções sindicais e políticas e com força e autoridade social suficientes, em condições de assumir uma nova fase e um novo projeto. Por isso seria um grave erro crer no reformismo, na tese de que todos os direitos vão se ampliar indefinidamente. Basta ver os limites do reformismo na crise que assola o estado do bem-estar social europeu, com a destruição de suas conquistas sociais, inclusive na rica Alemanha. Se há limites para o reformismo lá, aqui os conflitos serão muito mais agudos, devido à trágica desigualdade brasileira.



Vice-versa, o capitalismo por mais que avance, vai mostrar em breve seus limites, pois vai ser obstáculo para a universalização dos direitos, da saúde,



Dilma na assinatura de contrato para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

do emprego, da cultura, da educação, dos meios de produção. Já o demonstrou do ponto de vista ambiental, e das guerras que empreende. Este é o quadro do mundo mais desenvolvido. O progresso social do país, partindo de níveis inadmissíveis de pobreza e má distribuição de riquezas, é pujante, mas o capitalismo em breve vai mostrar a sua incapacidade de se alcançar o paraíso. Só o socialismo o permitiria. A China, após ter acelerado ao máximo uma economia tipo capitalista, agora deve dar uma guinada no sentido do socialismo, com a vantagem que tem bases para isso. Aqui isto vai significar enorme conflito.

Portanto a política de alianças, as mais inverossímeis e amplas, não é nenhuma “culpa” de Lula, foi a que permitiu avançar, sem uma guerra civil precoce, ao patamar em que nos encontramos. Haveria de se perguntar quem cooptou quem nas tão criticadas alianças de Lula. O fisiologismo e a roubalheira, típicas das classes dominantes, de toda a sua corte e serviços não mudou, mas Lula soube conduzir o seu consenso conquistado na complexa aritmética das instituições e do sistema político para a realização de alguns projetos fundamentais, como o Pré-Sal, o Bolsa-Família, a reconstrução da indústria naval e inúmeros outros.

O moralismo e a ética na política em abstrato, sapientemente manipulado pela mídia das elites e pela oposição conservadora em todos os níveis, afetando em certo momento a amplos setores da classe média, chegaram a confundir as idéias de boa parte da esquerda. Não fosse a firmeza de Lula, esta teria sido despo-

jada do governo e do palácio a pontapé no período do mensalão. Ali foi um divisor de águas: enquanto a burguesia que o impeachment, um setor vacilante do próprio PT sugeriu a renúncia, mas o Lula preparou-se para mobilizar os sindicatos para defender o mandato nas ruas. Foi quando declarou: “não vou me suicidar como Vargas, nem renunciar como Jânio, nem deixar o país como Jango”. A burguesia percebeu o perigo de um presidente como Lula voltando ao Estádio de Vila Euclides, sua memória histórica também recordou a fúria das massas quando Vargas se suicidou, e assim, preferiu não levar adiante tal proposta. Nada pode demonstrar que se as elites da cruzada moralista tivessem retornado ao poder, o país estaria hoje sendo governado por uma classe política “limpa” e “honestas”. Os mensalões do DEM e do PSDB o demonstraram exatamente o contrário, como antes, como quando governavam.



Lula inaugura primeiro navio Suezmax, batizado João Cândido em Ipojuca (PE)

Aí mora o perigo: Marina Silva, como um avatar azul, prega uma neutralidade e um purismo que não correspondem à aliança de forças políticas na qual se baseia. Aliás, ninguém pode em sua consciência reivindicar uma matriz de pure-

za, já que a legislação derrubou a unicidade das coligações políticas em torno das candidaturas a nível federal, e o mapa estadual das alianças é completamente artificial e artificioso, conforme os cálculos e jogos de poder locais e nacionais.

É preciso lembrar que a natureza das coligações e os próprios partidos políticos no Brasil não correspondem senão indiretamente a interesses de classe, ou a interesses de classe em conflito e não necessariamente antagônicos, sobretudo no campo da burguesia; já no campo popular, se excluirmos os movimentos sociais e as siglas menores, há maior enraizamento de massas em torno do PT e PCdoB. O Psol não é um partido de massas, é uma esquerda parlamentar combativa. O PDT representa ainda uma tradição nacionalista e popular importante, bem como o Partido Socialista. Outros partidos menores exercem só sim-



bolicamente uma militância à esquerda. Enquanto estivermos em democracia burguesa, será preciso governar com estas e outras siglas, representando interesses muito diversificados. Como disse Lula, para governar um país tão complexo como o Brasil é preciso juntar Cristo e até de Judas, mas não aplicar o programa de Judas. Trotsky disse certa vez que os revolucionários fazem aliança com Deus e o Diabo para avançar a revolução, mas não vão na casa do diabo. Não está mal posicionado o Lula.

O PMDB, que é o maior partido em termos de bancadas, votos e postos no executivo, na realidade tem um núcleo duro de ideologia e concepção burguesa e é uma sigla de conveniência para uma infinidade de interesses da burguesia em todos os níveis da Federação. O “PMDB velho de guerra e nacionalista” do período contra a ditadura não existe mais, e por isso o ex-governador do Paraná, Roberto Requião, não conseguiu aderentes dentro dele para sua cruzada nacionalista e antiimperialista, muito embora tenha feito um governo muito avançado.

Expediente

“Revolução Socialista”

Órgão da Corrente Posadista do PT – Regulamentada junto ao Diretório Nacional

Continuação do Jornal “Frente Operária”, fundado em 1953.

Diretor Responsável :

C.A. de Almeida – Reg. Prof. 049/SP
E-mail: revsocialista@yahoo.com.br

Página Web:

www.revolucaosocialista.cjb.net

Brasília DF

Circulação interna ao PT

do, estatizante e antiimperialista, ainda assim, não conseguiu construir uma corrente no interior do PMDB, apesar de ter estado 8 anos no governo. Trata-se de um processo histórico já bem conhecido ao qual nenhuma reforma política pode por remédio. O PMDB governou para as elites no mais terrível governo neoliberal com o PSDB, e o faria novamente. O problema é: tê-lo do lado de cá, apoiando o governo progressista, ou do lado de lá, apoiando os incorrigíveis neoliberais.

É neste sentido que a política de alianças produz eternos conflitos e rebeli-

gundo governo de Lula, muito mais avançado, e desta vez, tendo cooptado ele, pelo enorme prestígio que arrebatou entre as massas mais pobres do país, as alas do PMDB e das inúmeras siglas burguesas que antes haviam manifestado hostilidade e participado das campanhas de linchamento do “metalúrgico”.

O pêndulo da História pende para a esquerda, e com ele, o governo Lula. A histeria da oposição mais reacionária e da mídia vai perdendo efeito, frente aos fatos. O quartel-general da oposição, os Estados Unidos, entra numa crise e

las aos pequenos agricultores para a merenda escolar, é uma enxurrada de medidas de empoderamento e cidadania que vai quebrando, na raiz, o poder das oligarquias. É o que explica, inclusive, a vacilação de Aécio Neves, que sabe que Minas não é mais das oligarquias e não se arriscou a embarcar na canoa de vice de Serra. A desistência de Aécio da vice é, talvez, mais importante que muitas destas pesquisas feitas para revelar as possibilidades da dupla Lula-Dilma

A questão da ampla aliança em torno da candidatura de Dilma Rousseff deve ser vista desta maneira: qual é o projeto que a sustenta, e as forças capazes de realizá-lo. Dar continuidade ao governo Lula é aspiração de milhões de pessoas, trabalhadores, pobres, e também de crescentes setores da classe média. A inédita popularidade de um presidente de saída é uma palavra de ordem: avançar nas transformações sociais.

Dilma pode ter menos capacidade de articulação, menos experiência política, o seu lado subjetivo vai ser colocado a duras provas, mas a plataforma de programa, as alianças construídas por Lula e a sua enorme popularidade, num período de crescimento econômico vigoroso e equilibrado, cuja base essencial é o crescimento do papel do Estado, são componentes que podem lançá-la às alturas de um governo ainda mais à esquerda que Lula. Não há que olvidar a tradição brizolista de Dilma e que a faz reivindicar o papel de Vargas na criação da Petrobrás e das várias conquistas sindicais e de consolidação das estatais.

Candidaturas não são caprichos, são resultados da correlação de forças. Por mais integridade que tenham candidatos à esquerda, eles não representam processos. Lula não pode continuar (por enquanto) no governo – e seria de se interrogar à esquerda porque não houve combate por um terceiro mandato – mas indica uma sucessora. Sua história mili-



Inauguração com grupo de operários da usina termoeétrica de etanol em Juiz de Fora (ES)

tante é límpida, diáfana, como revela a sua experiência de resistência e solidariedade vivida nas masmorras da “Torre das donzelas”, na prisão Tiradentes no período da ditadura. Seu compromisso com o governo e seus programas, idem. Por mais que seja pragmática, nada indica que Dilma venha para pactuar por baixo com as elites, tudo ao contrário.

Em todo caso, seu governo dependerá de muitos fatores, inclusive da capacidade da esquerda de sair do isolamento social, mobilizar-se, reforçar os processos participativos, atuar para reforçar as conquistas mais importantes e ampliá-las. O MST e alguns movimentos sociais bateram muito duramente no governo Lula, principalmente na primeira fase, e criticaram vários aspectos, os atrasos na reforma agrária, o projeto dos biocombustíveis, a política ambiental. Chegaram a afirmar que o governo Lula havia feito uma opção pelo agronegócio, que não eram “amigos” do governo.

Todos estes argumentos foram caindo por terra com os inúmeros projetos para a área rural e para a agricultura familiar, para os assentamentos, que mesmo não sendo projetos de âmbito direto da reforma agrária, beneficiaram milhões de agricultores pobres; os biocombustíveis não se revelaram nenhuma catástrofe, e embora não tenham sido alavanca direta da reforma agrária, beneficiaram e beneficiam a milhões de agricultores, com um papel mais ativo da Petrobrás no processo, que criou uma subsidiária. Aliás, dadas as relações de força, talvez tenha faltado aos movimentos sociais a apresentação de projetos que incluíssem a agroenergia familiar, descentralizada e estatal como parte das alavancas que podem destravar a reforma agrária, e formatar uma aliança movimentos sociais e estado. O governo avançou em projetos de legalização de áreas indígenas, consolidou os direitos dos quilombolas, implementou inúmeros projetos para os setores mais opri-



“Luz para todos”
Lula e Dilma
em
Congonhinhas (PR)
junto ao MST
e R. Requião

ões à esquerda. Estivemos entre os críticos da “Carta aos Brasileiros” de Lula em 2002, mas não por proclamar uma aliança com setores da burguesia industrial e financeira, e até mesmo com setores oligárquicos; nossa crítica tinha a ver com a timidez do compromisso, da plataforma transformadora. Entretanto, reconhecemos que fora desta aliança, não teria existido governo Lula algum. No exercício do governo houve muitos conflitos e concessões; alguns bastiões fundamentais das elites permaneceram intocáveis, como a gestão autônoma do Banco Central, a lentidão da reforma agrária, e pelo menos no início, o domínio incontestado da mídia, além de todo um arcabouço derivado da privatária, ainda não completamente superado. O natural loteamento dos Ministérios e postos no executivo desalojou muitos petistas, em função da colocação dos incômodos aliados do PMDB e outros partidos da base de governo.

Mesmo sob o fogo cruzado das alas burguesas internas e externas ao governo, que culminou no primeiro mandato com a chamada crise do “mensalão”, e com muitas crises internas com a defenestração das alas mais à esquerda e impacientes do PT, que deram lugar ao Psol e a outras deserções a nível de quadros do governo, foram fincados alguns pilares para o que depois foi o se-

numa nova fase com o presidente negro. A perda da hegemonia dos EUA sobre os negócios brasileiros, retira mais fôlego ainda às oligarquias internas. O então criticado “Aerolula” se transforma num instrumento de combate, desbravando e diversificando mercados e, com eles, reforçando a soberania nacional. Ter expulsado o FMI e passado à condição de credor do mesmo representa um golpe mortal aos colonizados e ao “complexo de vira-lata” da elite nacional.

Este é o resultado das alianças, e não, como se poderia supor, uma subordinação às oligarquias tradicionais. É Sarney que defende o governo e seus principais projetos, inclusive formando parte da barreira política para impedir a criminalização do MST na CPI da Reforma Agrária, numa clara demonstração de como as alianças podem favorecer aos segmentos mais à esquerda. Enquanto ACM morre e não deixa seguidores e perde a Bahia, seu feudo eterno, Jader Barbalho favorece a chegada do PT ao governo do Pará, e assim cada um dos bastiões tradicionalistas vão sendo assaltados pelas políticas de Lula, e não ao contrário. É Roseana Sarney que se alia ao governo, e as políticas tradicionais vão sendo atropeladas pelo Luz para Todos, pelo Bolsa-Família, pela compra antecipada de produtos agríco-



Getúlio Vargas e Lula:
Uma identidade nacional a conquistar e continuar

midos e pobres, principalmente na área rural, como o Luz para todos e estaria sensível a uma política que vinculasse agroenergia familiar com a reforma agrária, da mesma forma que organizou a defesa do MST na CPI no Congresso, com a participação do PMDB como defensor.

O problema não era a crítica à lentidão do governo, em permanente conflito com a sua base política, era o não reconhecimento das possibilidades que este abria para que os movimentos sociais disputassem maiores espaços. Todos os movimentos sociais e também o movimento sindical tiveram dificuldades para condicionar ainda mais o “seu” governo. Tiveram dificuldades em reconhecer que por ele foram superados, inclusive à esquerda. E sobretudo, por não manejar a tática das alianças, por ter alergia atávica às “oligarquias”, mesmo quando estas apoiavam nas votações aos projetos mais audazes do governo, como a re-estatização do petróleo e a criação da EBC. Ao fazer isso, não foram as oligarquias a se fortalecerem, elas se agarraram a Lula como o enforcado à corda. Alguns segmentos da esquerda talvez estejam fazendo uma leitura da dialética ao reverso.

Entre tantas conquistas, como a reativação da Telebrás, criação da EBC e a realização da Iª Conferência Nacional de Comunicações passaram despercebidas por grande parte do movimento sindical e, curiosamente, dos próprios jornalistas. Um enorme investimento foi feito, e introduziu-se um novo panorama informativo e cultural no país, uma janela de cidadania e uma ferramenta de informação importante para o governo popular. Talvez tenha sido um dos mais difíceis embates de Lula contra as oligarquias midiáticas, que acabou abrindo este espaço com fórceps, mas não houve envolvimento maior das forças populares organizadas. Sem ele, a conquista pode cair em mãos erradas. A sensibilidade explosiva neste setor pode ser medida pelas dificuldades enfrentadas por Chávez ao fortalecer a comunicação pública e ao exercer a prerrogativa presidencial de renovar ou não uma concessão televisiva terminada. Foi transformado no diabo mundial, muito embora tenha maioria parlamentar e esteja dentro da legalidade democrática. Sem maioria parlamentar de esquerda, Lula preferiu caminhar com cautela.

Que seja claro: Dilma é continuação do governo em disputa, não a conquista do socialismo. Mas o patamar de conquistas é tal, que somente com um novo e poderoso movimento social organizado, poderemos passar a uma nova fase, construindo órgãos de poder e participação reais, depurando o parlamento dos 600 picaretas (esta é a radiografia do Congresso atual: empresários, oligarcas, latifundiários, profissionais e procuradores de interesses privados e somente uma minoria autenticamente popular) e impondo lideranças autenticamente populares nos processos legislativos e nos executivos a níveis federal, estadual e municipal, nos aparatos de justiça, nos órgãos de controle, até que surjam outras formas mais avançadas de democracia direta e popular.

Estão dadas as condições para um novo salto na integração latinoamericana, para que o novo Brasil-potência seja paradigma de progresso social e de conquistas, e não se torne uma potência capitalista a mais com viés de imperialismo regional. Se as elites voltarem ao controle deste processo, isto será inevitável, as conquistas podem retroceder, como retrocederam na Europa. Não há que se ter ilusões a este respeito, prometa o que prometer Serra! Se, vice-versa, os movimentos populares, os partidos de esquerda, os sindicatos, entenderem que podem realmente condicionar o governo elevando o patamar das conquistas e combatendo contra qualquer retrocesso, disputando palmo a palmo uma maior distribuição de renda, a realização plena do que já está previsto nas leis, no SUS, nos tantos Estatutos que ainda são textos inaplicados, a realização plena da Reforma Agrária, da reforma psiquiátrica.

As alianças internacionais progressistas reforçam um horizonte ideal de mudanças sociais.

Dependerá dos movimentos populares garantir o apoio à diplomacia do país com consolidação das alianças internacionais com os BRICs, com os emergentes, com a África do Sul, Irã, reforçando e transformando o Mercosul, a UNASUR, o Conselho de Defesa Sul-americano, estas duas enormes conquistas do governo Lula que devem receber apoio no governo Dilma, que parece não ter a mesma compreensão e visão de mundo, mas que deve aprender. Lembrar que as alianças internacionais anti-imperialistas e progressistas são fundamentais no horizonte de uma transformação socialista! Dar suporte aos povos que se libertam da opressão e integrar-se a eles para conquistar novos patamares de justiça social é fundamental para que o Brasil seja uma potência transformadora e não imperial e conservadora ou pior, o braço das grandes potências contra os povos latino-americanos que se libertam.

Por todo o exposto, declaramos o nosso total apoio à candidatura de **Dilma Rousseff para a Presidência da República, fazendo um chamado à esquerda, aos sindicatos, aos movimentos populares e sociais a cerrar fileiras para garantir sua eleição, se possível, no primeiro turno**, a incorporar suas críticas para fortalecer o lado popular da aliança de governo reforçando a plataforma de esquerda, exigindo o cumprimento das propostas. Uma vitória ampla e irrefutável representará também um condicionante para que as características mais avançadas e audazes do programa de Lula tenham continuidade; uma vitória no fio da navalha dará mais força à ala conservadora da aliança

de governo e alento à futura oposição, para frear, distorcer, tergiversar e condicionar o novo governo.

Chamamos, portanto, a não desperdiçar votos com candidaturas como a de Marina Silva que, embora legítima, embora portadora de propostas de defesa do meio ambiente e de continuidade dos programas sociais, como também de reformas políticas a que todos aspiram, **estas podem ser perfeitamente realizadas pela futura presidente Dilma e com uma base de apoio muito mais ampla e com maior eficácia.** Marina recolhe a insatisfação, o protesto, o radicalismo de setores ambientalistas e da classe média sensíveis à questão ética. Mas, Entretanto, seu discurso é ambíguo com relação a questões estratégicas como o posicionamento antiimperialista do governo Lula, sua política internacional, o papel nefasto da privatária dos governos neoliberais, o papel do Estado na economia. Especialmente quando defende políticas econômicas completamente identificadas com Serra, como por exemplo, reivindicando o corte de gastos e a austeridade. Sem aumento de investimentos públicos, portanto, sem aumento de gastos, não se poderá realizar as inadiáveis obras de infra-estrutura que um país do porte do Brasil – não somos um Uruguai de 3 milhões de habitantes – necessita com a máxima urgência para continuar funcionando, para fazer crescer a economia, para gerar mais empregos que incluam os desempregados crônicos e os novos que chegam a um mercado de trabalho que, embora crescente no governo Lula, está ainda aquém das possibilidades de um país que registra dramáticas desigualdades e injustiças sociais. A austeridade reclamada por Serra, e repetida por Marina, é em favor da oligarquia financeira e contra a expansão do mercado interno. As massas viveram décadas sob a austeridade mais perversa, no subconsumo, no subemprego, do subsalário, da privação generalizada, enquanto os rentistas do bolsa-banqueiro viveram sempre na mais indecente opulência. É preciso hora de aumentar radicalmente os investimentos públicos dando continuidade às políticas instaladas por Lula e criando as condições políticas, inclusive com uma maioria parlamentar e maior participação dos movimentos sociais, para que se faça um aprofundamento das políticas atuais, votando em Dilma Rousseff!



FSM em Belém e a integração latino-americana



Visita de Ahmadinejad ao Brasil



Dilma con Vo Nguyen Giap no Vietnã (julho-2008)